



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
Departamento de Administração  
Curso de Graduação em Administração à distância

DANIEL JOSÉ DE SOUSA

**Avaliação Financeira de Empresas: Um estudo sobre o  
desempenho dos Bancos Estaduais**

Brasília – DF

2010

DANIEL JOSÉ DE SOUSA

**Avaliação Financeira de Empresas: Um estudo sobre  
o desempenho dos Bancos Estaduais**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Professor, Wolney Resende de Oliveira

Brasília – DF

2010

Sousa, Daniel José de.

Avaliação Financeira de Empresas: Um estudo sobre o desempenho dos Bancos Estaduais / Daniel José de Sousa. – Brasília, 2010.

67 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2010.

Orientador: Prof. Wolney Resende de Oliveira, Departamento de Administração.

1. Avaliação de Empresas. 2. Avaliação de Bancos Estaduais. 3. Análise do Desempenho dos Bancos Estaduais por Comparação de Índices de Desempenho. I. Avaliação Financeira de Empresas: Um estudo sobre o desempenho dos Bancos Estaduais.

**DANIEL JOSÉ DE SOUSA**

**Avaliação Financeira de Empresas: Um estudo sobre  
o desempenho dos Bancos Estaduais**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de  
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do  
(a) aluno (a)

**Daniel José de Sousa**

Professor, Wolney Resende de Oliveira

Professor-Orientador

Professor, Wiliam Gomes

Professor-Examinador

Professor, José Carneiro da Cunha Oliveira Neto

Professor-Examinador

Brasília, 16 de novembro de 2010.

Dedico este trabalho a toda minha família, sobretudo, esposa e filhos, que me fazem ter força e são minhas fontes de motivação pessoal.

## **AGRADECIMENTOS**

Em sinceros agradecimentos a Deus, pela vida e saúde.

A Gilcimara, minha esposa.

A Guilherme e Letícia, meus filhos.

E a todos que contribuíram efetivamente para a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

O papel dos bancos estaduais no Brasil, talvez tenha sido de grande importância na disseminação do desenvolvimento regional e no apoio ao crescimento das regiões de atuação. No entanto, ao longo dos anos, sobretudo nas décadas de 80 e 90 do século passado, estas empresas sofreram com as políticas econômicas, ingerências políticas, programas de reestruturação da atividade bancária e de redução da presença do estado nesta área, e com as privatizações. Isto suscitou o interesse pelo estudo histórico dos fatos ocorridos e de causas e conseqüências que ocasionaram nas incorporações, por grupos maiores, privatização e liquidação destas empresas, causas e conseqüências estas que foram motivo de muitas críticas, sobretudo dos órgãos reguladores do setor. Muitos estudiosos, críticos e políticos também criticam a manutenção de empresas bancárias pelo governo, e até mesmo de empresas de outros segmentos e setores. Estas críticas visam defender a atuação do Estado (representado e exercido pelo governo) focada nas principais atividades de governo que muitos consideram como sendo educação, saúde e segurança. Alheio aos aspectos políticos e conjunturais, estas empresas são passíveis de avaliação e análise, pois, também visam o lucro e o aumento de riqueza para seus acionistas. Neste ponto é importante enfatizar a importância da análise destas empresas e do seu desempenho relativamente aos concorrentes. Através da análise dos balanços dos bancos estaduais, este trabalho tem o objetivo de avaliar o desempenho dos mesmos frente a seus concorrentes. A conclusão que se chegou foi que em termos de desempenho, os bancos estaduais estão em posições de destaque frente a seus concorrentes, mostrando um bom desempenho para o conjunto de índices analisados.

Palavras-chave: Avaliação de Empresas. Bancos Estaduais.  
Análise de Balanços.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CMN – Conselho Monetário Nacional

PAC – Programa de Apoio ao Crédito

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Programa Nacional de Desestatização

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PROERF – Programa de Recuperação Econômico-Financeira

PROES – Programa de Incentivo a Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária

RAET – Regime de Administração Especial Temporária

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SEST – Secretaria Especial de Controle das Estatais

# SUMÁRIO

<b>1.Introdução.....</b>	<b>08</b>
<b>1.1. Formulação do Problema de Pesquisa .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2. Objetivo Geral .....</b>	<b>10</b>
<b>1.3. Objetivos Específicos.....</b>	<b>10</b>
<b>1.4. Justificativa da Pesquisa .....</b>	<b>11</b>
<b>2. Referencial Teórico.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1. Histórico de Privatizações, Contexto e Objetivos.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2. Bancos Estaduais .....</b>	<b>18</b>
2.2.1. Atividade Bancária.....	18
2.2.2. Criação, características e atuação dos bancos estaduais.....	19
2.2.3. Dificuldades e privatizações .....	21
2.2.4. Continuidade dos bancos estaduais .....	27
<b>2.3. A Atividade de Avaliação de Empresas .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4. Formas de Avaliação de Empresas .....</b>	<b>30</b>
<b>3. Técnicas e Métodos de Pesquisa – Instrumento de Tabulação e Análise dos Dados.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1. Tipos e as técnicas de pesquisa ou estratégias escolhidas para coletar os dados .....</b>	<b>34</b>
<b>3.2.Caracterização da organização, setor ou área.....</b>	<b>36</b>
<b>3.3. População e amostra da pesquisa .....</b>	<b>37</b>
<b>3.4. O instrumento de pesquisa e definição das técnicas de tabulação e análise de dados.....</b>	<b>38</b>
<b>4. Análises, Resultados e Discussão .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1. Indicadores de solvência e liquidez .....</b>	<b>42</b>
<b>4.2. Indicadores de análise de capital e risco.....</b>	<b>45</b>
<b>4.3. Indicadores de rentabilidade e lucratividade .....</b>	<b>50</b>

4.4. Índice de Sensibilidade dos Juros (GAP) e Valor Econômico Agregado	
56	
5. Considerações Finais e Conclusões.....	60
REFERÊNCIAS.....	64

## 1. Introdução

Muitos questionamentos, discussões e debates são feitos na esfera acadêmica, política e empresarial sobre o papel do Estado (representado e exercido pelo governo) na sociedade. Mais especificamente, sobre as principais atividades que devem ser desenvolvidas pelo mesmo.

Educação, saúde e segurança são, talvez, as áreas de maior importância nas atividades estatais.

No entanto, o governo brasileiro (federal, estadual e municipal) teve, assim como em outros países, um papel marcante na história do Brasil, na participação “empresarial” em diversas áreas e segmentos da economia. Sobretudo nas décadas de 60 e 70, do século passado, a constituição de empresas atuantes em diversas áreas da economia foi característico da atuação governamental brasileira. Algumas das principais áreas de atuação foram: telefonia, mineração, petroquímica e financeira.

Talvez este fato se justifique pelo alto investimento necessário nestas áreas e pela indisposição de grandes investidores em atuar na economia brasileira naquela época, em que o Brasil passava por problemas, tendo enfrentado ditaduras militares e grande endividamento internacional com uma economia ainda pouco desenvolvida.

Porém, tratavam-se de áreas de vital importância para o desenvolvimento do Brasil e fortalecimento da economia. Neste sentido, o governo brasileiro cumpriu um papel de grande investidor em importantes áreas, o que realmente possibilitou avanços no desenvolvimento do país, talvez não tão evidentes naquele momento, mas, importantes para o futuro, ou o presente que se vive hoje.

Contudo, como qualquer investimento, a abertura e manutenção de uma empresa e/ou negócio envolve riscos e talvez, neste caso, maiores que os riscos com as aplicações financeiras tradicionais (títulos públicos e ativos de baixo risco).

Além do risco inerente ao negócio, uma empresa também está sujeita a outros riscos, como os riscos de mercado, riscos de crédito e de liquidez, para citar os mais recorrentes. Portanto, uma decisão de investimento na abertura de um negócio envolve uma avaliação complexa para o investidor (neste caso o governo).

Após a abertura da empresa e de sua constituição é salutar que o investidor (agora empresário e sócio) faça uma avaliação sobre o desempenho e a viabilidade do seu negócio periodicamente. Esta avaliação não deve se dar somente considerando o lucro que a empresa proporciona para seus acionistas, mas deve ser mais ampla e levar em conta outros fatores.

Retomando a história brasileira, e do papel do estado enquanto investidor, nas décadas seguintes à fase “empreendedora governamental” teve início a discussão e debates sobre as privatizações de empresas “públicas”. Sobretudo nas décadas de 80 e 90 o governo brasileiro realizou a privatização de diversas empresas, até então em seu poder.

As privatizações não levaram em conta o desempenho das empresas (foram privatizadas empresas que possibilitavam alta rentabilidade e outras que não), mas sim o objetivo de reduzir a participação estatal na economia e também a necessidade de capitalização do estado para fazer frente a seu endividamento e a um ajuste fiscal naquele momento.

O resultado das privatizações é, ainda, motivo de amplos debates sobre vários aspectos como valor arrecadado, destinação dos recursos captados forma de avaliação e precificação das empresas.

Cabe aqui dizer que este trabalho terá como um de seus temas a avaliação de empresas de um segmento que foi objeto de várias privatizações naquela época: os bancos estaduais.

Este trabalho buscará fazer uma avaliação dos Bancos Estaduais Brasileiros, ainda sob controle dos Estados, por meio de dados extraídos dos demonstrativos contábeis (balanço patrimonial e demonstração de resultados). O trabalho irá verificar se, em termos de desempenho, é viável manter em operação estas instituições e também, até que ponto a gestão pública pode influenciar ou não na gestão da própria instituição e no desempenho da mesma.

Cabe aqui ressaltar que, nos dias atuais, a avaliação de uma empresa deve ir além do simples ato de avaliar seu patrimônio e os lucros que proporciona. Uma avaliação mais consistente deve levar em conta o desempenho da empresa no mercado e, principalmente, relativamente a seus concorrentes e empresas atuantes no mesmo ramo de atuação.

A avaliação do desempenho dos bancos estaduais será feita através de um processo comparativo dos índices de desempenho das instituições, comparando

instituições sob controle privado e sob controle do governo federal, com as instituições (bancos estaduais) sob controle de governos estaduais.

### **1.1. Formulação do Problema de Pesquisa**

No que tange ao desempenho, até que ponto os Bancos Públicos sob controle de governos estaduais tem sua gestão influenciada por seus controladores? Qual o desempenho destas instituições comparativamente aos demais bancos?

### **1.2. Objetivo Geral**

Aplicar métodos de avaliação de desempenho, com a comparação de índices de desempenho, nas empresas avaliadas de forma a verificar qual o desempenho dos Bancos Públicos Estaduais, comparativamente aos seus concorrentes, públicos federais e privados.

### **1.3. Objetivos Específicos**

- Contextualizar, de maneira resumida, o momento em que se deram as privatizações ocorridas, sobretudo na década de 90, com o objetivo mais específico de falar sobre as privatizações de bancos estaduais, fazendo um levantamento dos bancos estaduais ainda existentes.

- Realizar uma explanação sobre a importância da atividade de avaliação de empresas e sobre os índices de análise de balanço que podem medir a performance de uma empresa, e através destes índices calcular os índices de desempenho a partir das demonstrações contábeis/financeiras dos Bancos avaliados (estaduais).

- Verificar se há influência no desempenho dos Bancos Públicos Estaduais em virtude de serem controlados por governos estaduais.

## 1.4. Justificativa da Pesquisa

A discussão sobre o papel do Estado na sociedade e sobre as principais atividades que deve realizar é um assunto sempre trazido à tona para discussão.

A privatização de empresas antes estatais e a possibilidade de novas privatizações sempre enfrenta críticas, tanto positivas quanto negativas. Muitos economistas, cientistas políticos, e outros profissionais defendem a idéia do Estado ser responsável somente pelas principais áreas para a sociedade, que são saúde, educação e segurança, concedendo a empresas privadas o direito de explorar outras áreas, como mineração, telefonia, administração de estradas, mantendo-se como fiscalizador e normatizador.

A atividade bancária foge das principais áreas de atuação estatal e é considerada por muitos uma atividade dispensável para o estado gerir como sócio. Há também que se considerar que este segmento bancário está cada vez mais se tornando um ramo de poucas empresas, com muitas aquisições de pequenos bancos (que estão perdendo força) por grandes instituições.

A avaliação da situação dos Bancos Estatais ainda existentes poderá auxiliar na decisão sobre a manutenção destes pelo Estado ou a sua venda e utilização dos recursos captados em outros investimentos, analisando os bancos a partir de seu desempenho frente aos demais.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1. Histórico de Privatizações, Contexto e Objetivos

Nestas primeiras explanações do trabalho, buscar-se-á contextualizar as privatizações realizadas pelo governo brasileiro, sobretudo nas décadas de 80 e 90, que envolveram grande número de empresas pequenas e grandes, cujo governo possuía desde participações minoritárias até o controle total e incluíram uma grande quantidade de bancos, sobretudo estaduais.

As décadas de 60 e 70, no Brasil, foram marcadas por um grande investimento estatal em vários setores produtivos da economia e serviços públicos, dentre os quais podemos destacar a telefonia, mineração e petróleo, entre outros. Já em meados da década de 70, o Brasil se via saindo de uma autoritária Ditadura Militar e havia um clamor público contra a intervenção do Estado. Veículos de comunicação como jornais, e também, a comunidade empresarial, com o fim da Ditadura se sentiam mais à vontade para falar deste tema. Neste ponto, teve início um processo de redução da participação do Estado no Brasil, mesmo que timidamente.

Já na década de 80 o Brasil passou por um período de fraco desempenho econômico, com baixíssimo crescimento do PIB per capita, queda nos investimentos e inflação subindo de 95% para 1.783%.

Intensificaram-se, então, esforços para estabilização da economia e retomada do crescimento sustentado. Nesse cenário começava o período com maior privatização de empresas públicas que se estendeu nas décadas de 80 e, principalmente, 90. Segundo PINHEIRO (2000):

Apesar de ter iniciado ainda nos primeiros anos da década de 80, a privatização brasileira só se destacou no cenário internacional quando chegou aos serviços públicos na segunda metade doas anos 90. Essa ampliação do programa teve importantes implicações de natureza micro e macroeconômicas. No nível micro, gerou a necessidade de melhorar as instituições e o aparato legal da regulação desses setores. No nível macro, teve impactos fiscais importantes para os diferentes níveis de governo. (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 2000, p. 9)

Um marco na história das privatizações foi a Medida Provisória (MP) 155, enviada pelo poder executivo ao Congresso Nacional no início de 1990, que veio a servir de base legal para o Programa Nacional de Desestatização (PND). Para PINHEIRO e GIAMBIAGI (2000), o Executivo tencionava usar a privatização para reduzir a dívida pública e consolidar o plano de estabilização promulgado na mesma ocasião, assunto que será tratado mais à frente.

Retomando a década de 80, a subida exacerbada da inflação e aumento do déficit público a níveis vultuosos levou o governo a tomar medidas que visavam buscar uma estabilização econômica através de algumas ações, dentre as quais estão o Plano Cruzado e o congelamento de preços, que fracassaram. Na busca pela estabilização econômica o governo lançou mão das empresas estatais para alcançar objetivos macroeconômicos. Segundo PINHEIRO e GIAMBIAGI (2000):

No início da década de 80, essas empresas receberam ordens de contrair empréstimos nos mercados externos para ajudar a financiar o déficit em conta corrente. Como consequência, foram duramente atingidas pela maxidesvalorização de 1983. O preço dos bens e serviços por elas produzidos foi artificialmente reduzido, primeiramente para aumentar a competitividade nas exportações e, posteriormente, como um elemento das tentativas heterodoxas de controlar a inflação. As políticas destinadas a reduzir a absorção interna tiveram como resultado uma queda do investimento nas empresas estatais, que diminuiu em quase 1/3 (1,5% do PIB) entre 1980/1982 e 1987/1989. A utilização das empresas estatais como instrumento da política macroeconômica contribuiu para a deterioração da administração dessas empresas (outro grande fator que concorreu para isso foi o aumento da interferência política) e prejudicou grandemente a qualidade de sua produção. (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 2000, p. 19).

Como uma tentativa de melhorar a gestão das empresas estatais e com o objetivo de ter maior controle sobre as mesmas, visando controlar seus planos de investimentos e seus gastos, o governo brasileiro criou, ainda em 1979, a Secretaria Especial de Controle das Estatais (SEST), para a qual as empresas estatais deveriam reportar seus planos de investimentos, importação e outros gastos, para análise e aprovação da SEST.

Dentre as várias medidas da SEST e, entre as primeiras, foi feito um levantamento de empresas estatais e, a partir deste levantamento, foram colocadas à venda empresas que poderiam ser privatizadas. Entre os anos de 1981 e 1984 foram vendidas 20 empresas estatais, uma foi arrendada e oito foram absorvidas por outras instituições públicas. Entretanto, as receitas advindas destas vendas e arrendamento foram muito pequenas (em torno de U\$190milhões). Deram-se, então,

os primeiros passos da privatização no Brasil. Sobre esta experiência, para PINHEIRO e GIAMBIAGI (2000):

O Banco Mundial (1989) considerou o primeiro “flerte” do Brasil com a privatização “um clássico exemplo de fracasso”. O mais importante dos diversos fatores que contribuíram para esse resultado foi a falta de compromisso político, pois, o governo estava tentando, basicamente, restringir a expansão das despesas das empresas estatais para reduzir o consumo interno e não alterar a intervenção do Estado na economia, como tal... Outros grandes obstáculos à privatização eram as preocupações com a “segurança nacional” e a desnacionalização da economia. (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 2000, ps. 19-20).

Um aspecto importante a ser destacado na década de 80 foi o papel do BNDES nesta primeira tímida fase de privatização. O BNDES possuía algumas subsidiárias, das quais acabou se tornando acionista voluntariamente ou em função do não pagamento de empréstimos concedidos pelo referido Banco. Contudo, várias destas empresas eram deficitárias e vinham apresentando prejuízo. O Banco então decidiu vendê-las e, para isso, estabeleceu alguns critérios, como avaliação da empresa por empresas de consultoria, para propor um preço mínimo de venda, venda através de leilão na Bolsa de Valores e contratação de empresa de auditoria para auditar todo o processo, procedimentos que vieram a ser adotados e corroborados pelo Plano Nacional de Desestatização (PND), criado através da MP 115 de maio de 1990, transformada na lei 8.031.

O início da década de 90, no âmbito das privatizações, foi marcado, justamente pela criação do PND em um novo cenário, onde as privatizações passaram a ser prioridade na nova administração, pelo governo que tomou posse naquele ano. Sobre a mudança da importância e do papel das privatizações, neste período, para PINHEIRO e GIAMBIAGI (2000):

Nesse período, a opinião generalizada sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico estava sofrendo uma mudança radical em termos de seu papel na política pública. A estratégia de substituição de importações estava sendo suplantada por um modelo econômico mais aberto e desregulamentado. A privatização passou a ser uma das principais prioridades da nova administração. (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 2000, p. 21).

A primeira metade da década de 90 foi marcada por turbulências econômicas e políticas. Economicamente tivemos, por exemplo, o bloqueio de saldos em contas poupanças, insucesso no andamento do PND e das privatizações, inflação chegando a 1158% em 1992, péssimo desempenho do PIB e aumento do desemprego. Na área política o fato mais marcante foi o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, ainda em 1992. Contudo, o PND foi também um marco

nesta primeira metade de década. Segundo PINHEIRO e GIAMGIABI (2000) “a primeira venda após o PND gerou mais receita que todas as privatizações anteriores”.

Ainda segundo PINHEIRO e GIAMGIABI (2000):

A maioria das empresas estatais industriais foi privatizada em 1991/1994, incluindo todas as empresas públicas dos setores de siderurgia e fertilizantes, a maioria do setor petroquímico, e diversas outras, de outros setores. É interessante observar que os argumentos do início da década de 90 para ampliar o alcance das privatizações menosprezavam sua importância macroeconômica cada vez maior. Estes eram os principais argumentos:

- O Estado não deveria executar atividades que o setor privado fosse plenamente capaz de realizar. Ao contrário, deveria concentrar seus esforços em áreas como educação, saúde, segurança e regulação
- A privatização estimularia o investimento das ex-estatais e aumentaria sua produtividade mediante a adoção de tecnologias mais eficientes. “Da mesma forma, sob administração privada e sem ingerências políticas e controles governamentais, essas empresas se tornariam mais dinâmicas e eficientes” (PINHEIRO – 1996, apud PINHEIRO e GIAMBIAGI – 2004).
- A privatização diminuiria a concentração do mercado de ações e, possivelmente, aumentaria o número de acionistas no mercado de capitais.
- A divisão dos monopólios públicos em várias empresas ou a venda separada das empresas estatais do mesmo setor criaria um ambiente mais competitivo, provocando um aumento da eficiência técnica e distributiva.

...Esperava-se que a privatização das empresas estatais trouxesse um ganho fiscal permanente, como resultado de uma lucratividade futura mais elevada em mãos privadas, o que incentivaria os compradores a pagar mais do que elas valiam para o governo. Essa maior lucratividade também geraria um aumento das receitas tributárias. Pelo mesmo raciocínio, a privatização livraria o governo da obrigação de financiar o investimento nas empresas privatizadas e, dessa forma, constituiria um alívio fiscal imediato. Finalmente, o uso das receitas da privatização para amortizar a dívida pública traria benefícios fiscais, já que a taxa de juros sobre a dívida pública era muito mais alta do que a taxa de retorno obtida pelo governo como acionista de suas empresas. (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 2000, ps. 26-27).

E, nesse cenário, foi evoluindo o PND e a privatização que, na segunda metade da década de 90 alcançou mais importância ainda.

Em 1994 foi eleito como presidente da república o Sr. Fernando Henrique Cardoso, idealizador do Plano Real, que entrou em vigor neste mesmo ano e serviu para, de fato, estabilizar a economia brasileira, controlando a inflação, com efeitos diversos como o aumento do investimento, crescimento do PIB e redução da taxa de desemprego.

Com o controle da inflação, perda de receitas inflacionárias e política fiscal expansiva, o governo se deparou com aumento do déficit fiscal e em conta corrente, fatores que tiveram grande importância na ampliação e aceleração do programa de privatização.

O PND foi mantido em seu principal teor, porém algumas importantes mudanças estruturais serviram de base e pilar para o avanço das privatizações. A promulgação da lei de concessões, que veio regulamentar a concessão de serviços públicos, fim do monopólio público nas telecomunicações e no setor petrolífero e abertura de participação de empresas estrangeiras nas privatizações, proibidas até aquele momento foram importantes medidas que fortaleceram as privatizações e possibilitaram maior arrecadação com a venda de grandes empresas, sobretudo da área de mineração, telecomunicação, petrolífera.

Um fato a se destacar, que talvez seja o mais importante para este trabalho, é que nesta segunda metade da década de 90 as privatizações aumentaram seu alcance com a criação de programas na esfera estadual. Sobre os programas estaduais, PINHEIRO e GIAMBIAGI (2000) dizem que:

A privatização nos estados também exerceu um papel essencial no processo de reestruturação da dívida, do qual a maioria dos estados participou durante o primeiro mandato de Fernando Henrique. A negociação da dívida consistiu na transferência de dívidas estaduais que pagam taxas de juros de mercado para o governo federal, tendo como garantia as receitas futuras dos estados (durante um prazo de 30 anos). Como a taxa de juros real sobre o empréstimo do governo federal aos estados é de 6% e a taxa de juros de mercado é maior, esse acordo envolveu até certo ponto uma “*federalização*” dos prejuízos estaduais. Com o intuito de minimizar esses prejuízos e reduzir o déficit total das empresas estatais, o governo federal exigiu que os estados realizassem acordos de reescalonamento da dívida prevendo a quitação de 20% do principal mediante a venda de ativos. Essa exigência se tornou um grande incentivo para que os estados dessem início a programas próprios de privatização. (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 2000, ps. 31-32).

Com a inclusão de programas de privatização estaduais, muitos estados privatizaram seus bancos estaduais num contexto que será visto mais à frente.

Neste primeiro governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a privatização teve um papel vital, sobretudo para sobrevivência do Plano Real, à medida que, reduziu a necessidade de contrair empréstimos para se financiar o déficit em conta corrente e ajudou a financiar o déficit fiscal.

De fato, uma característica marcante nos dois mandatos de ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o crescimento da privatização, sendo, o período de 1995-2002 o período em que o governo efetuou a maior arrecadação com a venda de empresas estatais, arrecadando pouco mais de U\$87bilhões.

O governo que se seguiu, do presidente Lula, teve uma característica oposta a de seu antecessor, com praticamente nenhuma privatização, porém, com concessões tanto na área petrolífera quanto de infra-estrutura, por exemplo.

No entanto, não se sabe qual o próximo passo a respeito da privatização de empresas estatais ainda existentes, nem ao menos se serão objeto de privatização ou não. Para PINHEIRO e GIAMBIAGI (2000):

A privatização passou do apoio a firmas nacionais privadas para a limitação da expansão das empresas estatais, a venda de empresas estatais de pequeno porte e depois de grandes empresas estatais, para finalmente englobar as empresas de serviços públicos. Provavelmente, o pico das receitas já passou... A privatização no Brasil terminará no futuro próximo? Provavelmente não. Grandes empresas continuarão em poder do Estado, e é possível que objetivos macroeconômicos imponham sua venda. A privatização também pode atingir outras fronteiras, tais como o sistema de previdência social e instalações públicas como hospitais, universidades e penitenciárias, mas a probabilidade de tal fato é difícil de determinar. A privatização e a política macroeconômica continuarão a interagir por mais alguns anos, embora as questões microeconômicas tendam a adquirir mais importância no futuro. (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 2000, ps. 31-32).

Este breve resumo visou dar um panorama geral do recente processo de privatizações que foi pauta da agenda do governo brasileiro nos últimos anos, sobretudo na década de 90. Privatizações estas também inerentes aos estados federativos e aos ex-bancos estaduais.

Foi neste cenário de mudanças e crises na economia que o papel e a atividade bancária enfrentou também grandes mudanças. Da fase de receitas inflacionárias à fase de estabilização da economia, a forma de atuação dos bancos mudou drasticamente. Muitos bancos estaduais passaram por dificuldades neste período, que foram agravadas pelos problemas de seus controladores (os governos locais) que se viram na necessidade de venda destes bancos, muitas vezes para enfrentar dificuldades financeiras, déficits fiscais e reescalonamento de dívidas.

Na sequência deste trabalho será feito um breve resumo da constituição dos bancos estaduais, suas atividades e objetivos quando constituídos até os aspectos que os levaram a serem privatizados.

## 2.2. Bancos Estaduais

### 2.2.1. Atividade Bancária

Neste início de explanações sobre os bancos estaduais, vale propor uma conceituação para bancos que, segundo ASSAF NETO (2010) são instituições que pressupõem a execução de duas funções. “A primeira função de demanda de seus produtos (aplicações processadas pela instituição e relacionadas em seus ativos)” (ASSAF NETO, 2010, p. 259). “A outra função executada pelo banco é a de captação financeira, sendo definida pelo nível de depósitos, custos etc. Essa função revela-se como uma obrigação do banco, estando registrada em contas de passivo” (ASSAF NETO, 2010, p. 259).

Segundo TOBIN (1977, apud ASSAF NETO, 2010) a função dos bancos comerciais e múltiplos, tidos como intermediários financeiros, é satisfazer, simultaneamente, o portfólio de preferências dos vários agentes econômicos. “De um lado se encontram os tomadores de recursos que desejam incrementar sua riqueza de ativos reais. De outro lado, encontram-se os credores que buscam, fundamentalmente, manter a essência de seu patrimônio em ativos de valorização estável e com nível mínimo de risco” (ASSAF NETO, 2010, ps. 259-260).

Portanto, basicamente estas são as funções básicas de um banco: captação e aplicação. Através destas atividades que os bancos buscam seus resultados, captando recursos a determinada taxa e aplicando estes recursos a uma taxa maior, sendo a diferença denominada de spread, o qual deve ser suficiente para cobrir suas despesas e possibilitar um resultado final que irá remunerar o capital nele investido, bem como os investidores que aportaram este capital.

Um banco pode ser entendido também como a instituição financeira que aceita depósitos e concede empréstimos. O banco tem por principais funções depositar capital em formas de poupança, emprestar dinheiro, financiar automóveis e casas, trocar moedas internacionais, realizar pagamentos.

Na atualidade os bancos possuem muito mais funções do que o trivial e do que possuíam há alguns anos atrás. Mas, acima de tudo o objetivo principal dos

Bancos está em obter lucros através da intermediação financeira. E realmente, no Brasil há vários exemplos de instituições bancárias com alta lucratividade.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico e local, os bancos surgem como grande agente atuante no desenvolvimento da economia à medida que podem direcionar sua carteira de aplicações para financiar setores importantes da economia e a atividade produtiva como um todo. Este é, inclusive, um dos motivos mais relevantes que estimulou os estados a criarem Bancos estaduais.

### 2.2.2. Criação, características e atuação dos bancos estaduais

A criação e o desenvolvimento dos bancos estaduais se deu no século XX, sendo alguns dos primeiros bancos criados o banco Banespa (SP), Credireal (MG) e BANESTES (Banco do Espírito Santo).

Um dos principais objetivos dos bancos estaduais era justamente financiar áreas e atividades importantes da economia em que a iniciativa privada não tinha tanto interesse. Segundo LUZ e VIDEIRA (2009):

Um dos fatores que contribuiu para a criação desses bancos públicos estaduais estava no fato de que havia uma falta de interesse dos empresários privados em explorar determinadas atividades, sobretudo àquelas ligadas à construção de infra-estrutura industrial e de serviços. Outro fato era a forte escassez de oferta de crédito de longo prazo por parte do sistema financeiro privado. (LUZ e VIDEIRA, 2009, p. 3).

Há vários trabalhos e artigos sobre os bancos estaduais e entre eles encontram-se aqueles feitos por funcionários do Banco Central do Brasil (BCB) e importantes economistas, como o ex-presidente do BCB, Gustavo Loyola.

Cleofas Salviano Junior, funcionário do BCB, em trabalho realizado sobre os Bancos Estaduais (Bancos Estaduais: dos Problemas Crônicos ao PROER), faz um relato sobre a constituição destes bancos e sobre os motivos que os levaram a enfrentar dificuldades e à privatização de muitos:

O sistema de instituições financeiras controladas pelos Estados foi constituído, em sua maior parte, ao longo do século XX, seguindo uma tendência crescente de intervenção do governo na economia. Outro fator determinante de sua expansão foi o fato de que, na conjuntura inflacionária do pós-guerra, os juros legalmente limitados, na ausência do instituto da correção monetária, desestimulavam fortemente a canalização da poupança

para o sistema financeiro. A consequente e forte escassez de oferta de crédito de longo prazo por parte do sistema financeiro privado, derivada dessa inadequação da regulamentação do setor, provia um forte argumento para a criação de bancos estatais. Os bancos estaduais tenderiam a atuar seletivamente, privilegiando o financiamento local e, portanto, seriam propulsores do desenvolvimento dos respectivos estados.

Naquele contexto, constituir instituições financeiras era uma das poucas formas de atuação disponível às unidades de federação para tentar dinamizar suas economias. E, de fato, as instituições financeiras estaduais tiveram um papel importante na canalização da poupança privada para projetos de desenvolvimento. Somada a isso, havia a presunção de que os bancos estaduais seriam mais eficientes na administração dos recursos tributários e na gerência do caixa do tesouro estadual do que a rede privada. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 17)

Ao mesmo tempo, a inflação alta e crônica provê outra razão para a existência desses bancos, qual seja a de permitir aos estados apropriarem-se da parcela do chamado imposto inflacionário. No caso, o mecanismo era trivial: mesmo com taxas consideráveis de inflação, os agentes econômicos precisavam deter recursos líquidos para realizar seus pagamentos. Parte desses recursos, por razões de segurança e comodidade, necessariamente estavam sob a forma de depósitos à vista nos bancos comerciais. A esses depósitos, se somavam os pagamentos, como os de tarifas públicas, que transitavam pelos bancos. Todos esses eram recursos a custo zero, também chamados de *float*, que os bancos emprestavam a altas taxas nominais (porque a taxa de inflação era alta), gerando lucros ditos, com razão, lucros inflacionários... Estudos de empresas de pesquisa, como IBGE e ANDIMA, no período de 1990 a 1994, constatavam que a participação média de receitas inflacionárias no valor da produção imputada ao setor financeiro alcançou 50% para os bancos públicos e 26% para os bancos privados. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 17).

Além dos fatores motivadores de sua criação e manutenção, destacam-se ainda outras características destas instituições como, por exemplo, a dualidade sobre seus objetivos. Ao mesmo tempo em que perseguem o lucro e os resultados, os bancos públicos estaduais buscam também objetivos determinados por políticas dos respectivos governos estaduais controladores.

Uma característica essencial dos bancos estaduais é comum a todas as empresas públicas: ao contrário das instituições privadas, que visam obter lucro, os bancos estaduais perseguem objetivos múltiplos, e nem sempre muito claros, determinados pelas políticas dos respectivos governos. Ao mesmo tempo, os bancos são empresas, e não podem descuidar de seus resultados econômicos. No caso de instituições financeiras o dilema é ainda mais acentuado, não só porque concorrem com instituições privadas na captação de depósitos e aplicação de recursos, mas porque sua existência depende crucialmente da confiança dos depositantes em sua solidez. Esse dilema torna difícil a definição de prioridades e de políticas internas, e distorce desde a política de contratação de pessoal até a fixação do número e localização de agências, a concessão de empréstimos etc. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 25).

Essa ambiguidade de objetivos e de atuação dos bancos públicos estaduais torna difícil a avaliação de dirigentes em função de sua atuação, à medida que dificultam avaliar ações e decisões estratégicas tomadas que possam impactar em prejuízos imputados à instituição, mas podem ser resultados de políticas públicas

determinadas pelo seu controlador, o governo estadual. Como imputar a responsabilidade por erros a gestores que possam ter como justificativa políticas públicas definidas pelo seu controlador. Essa dificuldade de apuração de erros e políticas danosas à instituição pode levar ao aumento de maus gestores e dirigentes.

Ainda sobre a influência política na gestão dos bancos, segundo SALVIANO JUNIOR (2004), os próprios funcionários das instituições “reclamam da excessiva ingerência política na administração dos bancos, que seria a principal responsável pelos problemas por eles enfrentados” (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 26).

Ainda segundo SALVIANO JUNIOR (2004) outros pontos característicos dos bancos estaduais são: o horizonte de decisão limitado, ocasionado em função da descontinuidade administrativa dos bancos, gerada em função dos dirigentes serem escolhidos pelos governadores e mudarem em cada mandato, ou até mesmo em prazos menores, o que compromete a avaliação de ações de longo prazo; a sujeição dos bancos às regras próprias do setor público, com a necessidade de utilização de licitações para compras e concursos públicos para admissão de pessoal, por exemplo, que podem aumentar custos e dificultar melhores escolhas, como na contratação de pessoal e; garantia política de solvência que diferencia os bancos públicos dos privados, à medida que, os primeiros, serão amparados pelo governo estadual que normalmente possui recursos para prover a liquidez das instituições, e este fato influencia inclusive na gestão do banco que, por conta disto, se permite correr mais riscos que um banco privado, por exemplo.

Dadas algumas características intrínsecas aos bancos públicos estaduais, em uma contextualização ampla, no próximo tópico será abordada a questão dos problemas enfrentados pelos bancos estaduais que levaram a maioria à privatização.

### 2.2.3. Dificuldades e privatizações

Em seu livro sobre os bancos estaduais SALVIANO JUNIOR, também funcionário do Banco Central do Brasil (BCB), descreve os vários problemas enfrentados por estes bancos, gerados, sobretudo, pela influência de seu controlador (o governo estadual) e pelas suas políticas públicas.

Dentre vários aspectos importantes dos bancos estaduais, talvez o mais relevante seja a sua atuação no desenvolvimento regional, investindo e financiando áreas e atividades que a iniciativa privada não tinha interesse, ou não investia, como já relatado anteriormente.

Porém, apesar desta importante característica, os bancos estaduais foram sofrendo consequências de ações que envolviam o seu controlador, como, por exemplo, empréstimos aos mesmos.

Apesar de vedada pela Lei 4.595, lei que rege o mercado de capitais, a concessão de empréstimos aos seus controladores foi prática muito adotada pelos bancos estaduais, sobretudo na segunda metade da última década do século passado. Segundo SALVIANO JUNIOR a própria “interpretação jurídica da norma foi bastante elástica”, sendo que, o próprio Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional (SFN) editou várias normas permitindo estas operações.

Havia também várias formas de burlar a regra, com operações triangulares, também ilegais, mas muito mais difíceis de controlar, envolvendo fornecedores do Estado ou agências estrangeiras dos bancos estaduais. Outra forma: o banco concedia aval ao estado ou a suas empresas para contratação de empréstimos, inclusive no exterior. Quando do vencimento dos empréstimos, o estado não quitava a dívida, e o banco era obrigado a fazê-lo, tornando-se, dessa forma credor do estado. Outra forma era a chamada “troca de chumbo”, em que o banco de um estado emprestava para o governo de outro estado ou prefeituras (SALVIANO JUNIOR, 2004, p.32).

Com a prática de empréstimos a seus controladores e empresas estatais a estes vinculadas, os bancos estaduais aumentaram drasticamente a sua exposição ao próprio setor público, segundo SALVIANO JUNIOR (2004):

Os dados agregados do setor confirmam a mesma mensagem de excessiva exposição ao risco do setor público: enquanto, na média do período 1988-1990, apenas 3% do saldo das operações de crédito dos bancos privados eram operações com o setor público não-financeiro, o mesmo indicador era de espantosos 73% para os bancos estaduais (VASCONCELOS e OGASSAVARA, 1992, apud SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 33).

Sobretudo na década de 80, este seria um fator crucial para os bancos estaduais. O choque dos preços do petróleo, em 1979, a crise de liquidez internacional, que levou inclusive a uma moratória mexicana, em 1982, tiveram como consequência o fechamento do crédito estrangeiro ao país em virtude do risco elevado que os países emergentes ofereciam.

Segundo SALVIANO JUNIOR, a crise de liquidez da década de 80, iniciada em 1979 com o segundo choque dos preços do petróleo foi o início de um período que levou a dificuldades dos bancos estaduais. Ainda segundo SALVIANO JUNIOR:

Sem poder captar externamente e enfrentando dificuldades para receber de seus devedores privados e públicos, por causa da recessão prolongada, os bancos estaduais passaram a captar mais depósitos remunerados internos, com forte descasamento de prazos e taxas. Trocando em miúdos: os bancos estavam captando depósitos caros de prazos curtos, que poderiam ser retirados a qualquer momento, e emprestando a devedores duvidosos, por prazos longos e a taxas que não refletiam esse risco. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 48).

A década de 80 foi marcada por uma forte recessão e baixo crescimento do PIB no Brasil. A década seguinte, principalmente a partir de 1994 (Plano Real), foi marcada pelo controle da inflação, porém como consequência os estados perderam as chamadas receitas inflacionárias (já descritas anteriormente). Ao longo destas duas décadas houve o agravamento da situação econômico-financeira estadual, ocasionando em dificuldade de pagamento de empréstimos contraídos pelo estado e por suas empresas, empréstimos estes feitos em grande parte pelos bancos estaduais.

Para LUZ e VIDEIRA (2009):

O endividamento dos estados com seus bancos na década de 1980 se agravaram ainda mais, após pressão do FMI junto ao Governo Federal para o controle do endividamento do setor público. Com isso, muitos estados tiveram que se ajustar ao controle fiscal dos gastos, tendo suas fontes de financiamentos tanto internas como externas, limitadas. O resultado foi o corte de despesas e o atraso de pagamento dos empréstimos feitos (LUZ e VIDEIRA, 2009, p. 7).

Apesar da edição de normas e resoluções que permitiam empréstimos de bancos estaduais a seus controladores, segundo alguns critérios, o CMN, nas décadas de 80 e 90, numa preocupação crescente com a situação dos bancos estaduais, veio editar várias normas impedindo estas operações, limitando novas concessões, fato que fechou mais uma alternativa de empréstimos para os estados.

Outro ponto levantado por SALVIANO JUNIOR foi a inadequada concessão de crédito pelos bancos estaduais em “desacordo com a boa técnica bancária”.

Alguns dos problemas mais corriqueiros eram: a concessão de crédito acima dos limites cadastrais das empresas ou a empresas com restrições cadastrais ou ainda com garantias insuficientes; a alta concentração de riscos; a contínua liberação de recursos às empresas com nítidos sinais de incapacidade financeira de pagamento, inclusive a empresas com passivos a descoberto; a concessão de novos créditos que serviam apenas para liquidar operações já vencidas. Às vezes, os empréstimos eram deferidos sem o necessário parecer conclusivo da agência detentora da conta-

corrente das mutuarías ou até com parecer desfavorável (SALVIANO JUNIOR, 2004, p.36).

Alguns outros pontos foram também destacados por SALVIANO JUNIOR, como a folha salarial mais elevada com políticas de remuneração mais generosas para os bancos públicos em relação à iniciativa privada e a abertura e manutenção de agências deficitárias. Por conta de políticas públicas dos governos locais agências pioneiras eram abertas, visando o crescimento e desenvolvimento de determinada região, no entanto, muitas destas agências eram deficitárias e mesmo assim mantidas pelos bancos reportando prejuízos aos mesmos (exemplo da ambiguidade de objetivos).

Com todas essas nuances, características e problemas os bancos estaduais foram, cada vez mais, sofrendo duras consequências de sua atuação em função das políticas e dos problemas enfrentados pelos governos estaduais. Com o elevado endividamento do governo e empresas estatais aos próprios bancos estaduais e, com a dificuldade de recebimento destas dívidas, que foram sendo renegociadas e arroladas, porém, de forma equivocada e sem resolução do problema e ainda, pela perda de receitas inflacionárias dos estados, crise de liquidez e recessão nas décadas de 80 e 90, más administrações (sem generalização), com problemas estruturais administrativos e concessão de crédito em desacordo com as boas práticas bancárias, os bancos foram se deteriorando e entrando em grandes dificuldades. O governo federal, através do CMN e do BCB lançou mão de diversos programas objetivando dar auxílio e reestruturar os bancos estaduais.

O primeiro programa de destaque foi o Programa de Apoio Creditício (PAC), que, segundo LUZ e VIDEIRA (2009, p. 7) “compreendia a renegociação das dívidas dos bancos estaduais junto ao BCB. Sem muito êxito nesta primeira tentativa foi lançado o Programa de Recuperação Econômico-Financeiro (PROERF), que era praticamente uma reedição do PAC prazos e taxas diferentes.

Porém, estes programas não resolveram o problema dos bancos estaduais, que continuaram enfrentando problemas. Isto fez com que, em 1987 fosse criado o Regime de Administração Especial Temporário (RAET), pelo qual “o governo federal passou a assumir as instituições financeiras com problemas” (LUZ e VIDEIRA, 2009, p.8). Segundo SALVINO JUNIOR (2004, apud LUZ e VIDEIRA, 2009, p. 8), o RAET permitiu “a implantação de medidas de ajuste, como o fechamento de agências deficitárias, profissionalização administrativa, demissões de funcionários e vendas

de ativos financeiros. Esses ajustes fizeram com que as instituições alcançassem melhorias contábeis, mas segundo o autor isso não resolveu os problemas dos bancos estaduais”.

Na década seguinte ao RAET foi criado (em 1995) o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) que “incentivava a incorporação de instituições financeiras insolventes por outras instituições e era complementado por várias outras medidas no sentido de garantir a solidez do sistema financeiro, com a adesão aos princípios de *Basiléia*<sup>1</sup>” (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 69).

Vale ressaltar que o PROER foi criado não somente com o objetivo de dar auxílio aos bancos estaduais, mas também aos bancos privados que enfrentavam dificuldades geradas naquele momento pela alta inadimplência ocasionada pelo desaquecimento da economia, reflexo em grande parte da crise mexicana de 1994.

Mesmo com todos os programas e medidas elencados acima ainda não havia uma solução definitiva para os problemas dos bancos estaduais, talvez porque, até aquele momento, os principais beneficiados pelos programas fossem apenas os bancos, com o objetivo de auxílio financeiro e reestruturação e ainda não englobavam os próprios governos estaduais.

Em 1996 o governo federal cria o Programa de Incentivo a Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES) e começa a arquitetar a privatização dos bancos públicos, principalmente estaduais.

A proposta fundamental do Proes era, após tantos programas de ajustamentos frustrados, reduzir ao mínimo a presença de instituições financeiras controladas por governos estaduais no sistema financeiro. Uma característica importante do programa é o fato de a adesão do Estado ser voluntária, diferentemente da solução de liquidação. Por um lado, isso dá ao estado a possibilidade de participar ou não do programa, e escolher a modalidade de participação, e por outro lado, faz com que ele partilhe o ônus político dessa decisão (SALVIANO JUNIOR, 2004, p.81).

Ainda sobre o PROES, para LUZ e VIDEIRA (2009):

A proposta do Proes baseava-se nas seguintes alternativas para os bancos públicos com problemas de solvência: extinção, privatização, transformação em instituição não financeira (agência de fomento), aquisição do controle pelo governo federal, que deverá privatizar ou extinguir a instituição e, saneamento. Mesmo diante a proposta do Proes, muitos estados ainda poderiam recorrer ao programa, refinanciando as dívidas de seu banco junto

---

<sup>1</sup> O Acordo de *Basiléia* é um acordo firmado entre vários países signatários, e ratificado por mais de 100. “Este acordo teve como objetivo criar exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito... O acordo também prevê os mecanismos de mensuração de risco de crédito e estabelece as exigências de um padrão mínimo de capital” (disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Basileia\\_I](http://pt.wikipedia.org/wiki/Basileia_I), acesso em 15/11/2010).

ao governo federal, desde que os estados bancassem parte das dívidas de seu banco, o que não ocorreu com a maioria dos estados. Após a implantação do Proes, vários bancos estaduais começaram a desaparecer do Sistema Financeiro Nacional através das privatizações que tinham a participação tanto de grupos nacionais como de estrangeiros (LUZ e VIDEIRA, 2009, ps. 8-9).

Entre 1995-2002, na administração do então presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorreu o maior número de privatizações de bancos. Este foi um período e uma oportunidade que os grandes conglomerados hoje existentes aproveitaram para concretizar suas posições como maiores bancos brasileiros. Incluem-se nesta situação o Itaú e o Bradesco. Neste período também houve o crescimento da participação de grandes conglomerados financeiros estrangeiros, através da aquisição de bancos públicos estaduais.

Contudo, apesar do grande número de privatizações de bancos estaduais, alguns permaneceram e permanecem até hoje sobre o controle dos respectivos governos estaduais, como é o caso do BRB – Banco de Brasília, BANPARÁ (PA), BANESTES (ES), BANESE (SE) e BANRISUL (RS).

Os bancos públicos que optaram por continuar funcionando tiveram que se submeter às novas regras do governo federal, como reestruturação administrativa, reorientação das políticas de crédito, reestruturação operacional do setor de crédito no que tange ao limite de operações entre os controladores e o controlado (LUZ e VIDEIRA, 2009, p. 11).

Assim como as privatizações, houve também, incorporações, fusões, liquidações e transformação de alguns bancos estaduais em agências de fomento local, com o principal objetivo atingido, mesmo que parcialmente da reestruturação do sistema bancário brasileiro.

Porém LUZ e VIDEIRA (2009) fazem um questionamento sobre a ação do governo nesta reestruturação:

...se o governo tomou medidas para reestruturar essas instituições para depois vendê-las, por que não o fez para mantê-las funcionando? Quanto à criação das agências de fomento a questão que fica é se elas serão capazes de suprir a lacuna deixada pelos Bancos Estaduais privatizados quanto ao papel de indutor do desenvolvimento regional dos estados (LUZ e VIDEIRA, 2009, p. 11).

Em uma palestra feita em 1992, durante sua primeira gestão como presidente do BCB, o ex-presidente da referida autarquia, Gustavo Loyola fez uma breve e resumida análise sobre o “fenômeno político dos bancos estaduais:

As causas do desequilíbrio econômico-financeiro dos bancos estaduais são várias e monotonamente se repetem ao longo do tempo: transformação deles em caixa do estado, concentração de operações de crédito com governos e suas empresas, financiamento das dívidas estaduais, política de

pessoal irrealmente liberal, empréstimos a particulares realizados em oposição aos princípios da boa técnica bancária, ausência de política firme e consistente no tempo de recuperação dos créditos. Algumas dessas causas podem até ser consideradas nobres no seu pretendido objetivo social. Ocorre, apenas, que elas confundem as fontes de recursos e os mecanismos de sua alocação. Não são definitivamente práticas ou operações de instituição financeira, mas projetos a serem orçamentados e implementados a fundo perdido. Ação social se faz com entidades assistenciais e recursos orçamentários; nunca com bancos e recursos captados que devem ser remunerados.

Um banco estadual, mais que uma entidade econômica, se constitui em um fenômeno político. Só se compreendendo e aceitando em toda a sua extensão essa realidade se poderá tentar equacionar os problemas que lhes são orgânicos. Sem sua correta percepção, o exame da situação econômico-financeira de um banco estadual torna-se uma abstração, como a experiência demonstra. Assim, qualquer proposta de novo modelo para as instituições públicas estaduais deverá ser essencialmente pragmática, no sentido de ele incorporar todos os mecanismos técnicos passíveis de lhes conferir eficácia operacional e de neutralizar efetivamente a influência do acionista controlador que possa ser negativa ao desempenho eficiente da organização. (LOYOLA, 1992).

#### 2.2.4. Continuidade dos bancos estaduais

Apesar de todas as dificuldades inerentes aos bancos estaduais e sua gestão, é notório que os bancos, no Brasil, estão entre as empresas que apresentam maior lucro líquido.

Em consulta ao site da Bolsa de Valores de São Paulo pode-se observar as empresas com maior volume de ações negociadas na Bolsa, que, habitualmente são as empresas Petrobras (atuante no ramo de extração petrolífera) e Vale (antiga Vale do Rio Doce – atuante no ramo de extração de minério). No primeiro semestre de 2010 a empresa Petrobras reportou um lucro líquido de R\$15,9 bilhões e a empresa Vale reportou um lucro líquido de R\$9,5 bilhões.

Avaliando os balanços de alguns dos principais bancos brasileiros no mesmo período (1º semestre de 2010) têm-se:

- Lucro líquido do Banco Bradesco: R\$4,5 bilhões;
- Lucro líquido do Banco do Brasil: R\$5 bilhões;
- Lucro líquido do Banco Itaú/Unibanco: R\$3,6 bilhões.

Portanto, observa-se que os resultados financeiros de alguns dos principais bancos brasileiros estão entre os maiores lucros líquidos das maiores empresas brasileiras.

Com resultados expressivos é compreensivo que investidores apliquem recursos em ações de instituições bancárias de capital aberto.

Daí é percebido o provável porquê de alguns Estados brasileiros ainda manterem bancos estaduais.

Porém com a globalização da economia e o fortalecimento das grandes instituições bancárias no Brasil os bancos estaduais foram perdendo mercado e competitividade. Aliado a este fator, há também o fato de grande parcela da sociedade defender a atuação estatal apenas em algumas das principais áreas de gestão governamental, que muitos destacam como a educação, saúde e segurança. Portanto a manutenção dos Bancos estaduais públicos vai na contramão desta corrente.

Como já relatado, várias privatizações já ocorreram de Bancos estaduais, contudo, algumas instituições bancárias públicas estaduais ainda se mantêm como tal. No entanto a viabilidade da manutenção destas instituições ainda permanece latente na sociedade e opinião pública.

Justamente este trabalho objetiva avaliar estas instituições utilizando métodos de avaliação de empresas, através da mensuração de índices de desempenho, para verificar sua viabilidade num quadro comparativo com seus concorrentes, preservadas as devidas proporções.

Através dos trabalhos e publicações já citados, sobre os Bancos estaduais, percebe-se as várias nuances destas instituições que são muito criticadas por economistas e funcionários do Banco Central do Brasil.

Ao mesmo tempo em que são consideradas instituições importantes para as regiões de atuação, por proporcionarem o desenvolvimento econômico através de financiamentos e custeio às atividades produtivas, são também consideradas instituições que possibilitam operações, no mínimo, duvidosas, geralmente realizadas e deferidas através do uso político dos Bancos.

Pelo trabalho desenvolvido por SALVIANO JUNIOR, percebe-se uma postura do Banco Central de tentar profissionalizar a gestão dos bancos estaduais. Por deterem o controle dos bancos, os governos estaduais através dos políticos governantes utilizam as instituições para realizar operações que muitas vezes fogem da premissa profissional e técnica de análise que os bancos necessitam ter.

Os resultados financeiros de vários bancos estaduais já foram objeto de críticas e questionamentos pelo baixo desempenho. Talvez a falta de

profissionalismo e técnica na gestão dos bancos com maior ingerência política seja um dos fatores que levam aos baixos resultados. Fatos como estes que suscitaram o desejo da avaliação destes bancos, através da análise de seus índices de desempenho, para verificar a viabilidade dos mesmos.

### **2.3. A Atividade de Avaliação de Empresas**

A constituição de uma empresa pressupõe o desejo de investidores em obter ganhos, haja vista que o principal objetivo das empresas é gerar lucro. Neste sentido, a constituição de uma empresa nada mais é que um investimento. Contudo, geralmente, a decisão em constituir uma empresa é dada em função do baixo rendimento oferecido por outros tipos de aplicações disponíveis no mercado e pelo objetivo dos investidores em rentabilizar cada vez mais o seu dinheiro investido.

Porém, vale ressaltar que assim como qualquer tipo de investimento, investir em uma empresa também é um investimento sujeito a riscos inerentes à empresa e à sua atividade.

Portanto, a empresa deve ser avaliada, como os outros tipos de investimento. A pergunta a ser respondida é se vale a pena a manutenção da empresa em função da rentabilidade que proporciona para o valor nela investido e em função do desempenho que apresenta comparativamente a outras empresas do seu segmento.

Uma empresa já constituída e em plena atividade, no entanto, requer uma análise mais complexa, pois, há diversos fatores a serem considerados: patrimônio, clientes, funcionários, possibilidade de geração de receitas, entre outros.

Se a avaliação de um único ativo ou investimento gera inúmeros questionamentos e até alguma discordância quanto à metodologia adequada, o processo de avaliação de uma empresa, composta por inúmeros ativos, tangíveis e intangíveis, onde interagem interesses conflitantes, é mais complexo e delicado. (PEREZ e FAMÁ, 2004, p. 102).

Daí, pode se ter uma idéia da importância da avaliação de uma empresa e do uso adequado das formas de avaliação financeira existentes.

Uma análise desenvolvida com base em dados contábeis confiáveis reduz o grau de incerteza decorrente da ausência de referenciais quantitativos. Nossas percepções subjetivas baseadas apenas em nossa intuição, experiência, desconfiança ou capacidade de adivinhação não são

suficientes para orientar decisões que envolvam expectativas de risco e de retorno. (SILVA, 2010, p. 4).

Ainda sobre a questão do risco e retorno, para SILVA (2010):

No campo de finanças de empresas, a análise de alternativas de investimento envolve o binômio *risco e retorno*. Dessa forma, antes de investir seu dinheiro, o investidor precisa saber qual o retorno esperado daquela aplicação, isto é, quanto terá de lucro no período. Ao mesmo tempo, é necessário que o investidor saiba qual o risco apresentado pelo respectivo investimento. Quanto maior for o risco, maior será o retorno exigido pelo investidor, de modo que, à medida que o risco vai aumentando, o investidor vai exigindo retorno em proporções superiores ao próprio crescimento do risco. (SILVA, 2010, ps. 15-16).

Vale destacar, porém que a avaliação de empresas não é importante somente como forma de avaliar o investimento nela realizado e o retorno que proporciona. Segundo PEREZ e FAMÁ:

O crescente número de fusões e aquisições em uma economia globalizada, o processo brasileiro de privatizações, o grande número de processos judiciais de cisão, dissolução parcial ou total de sociedades, além das enormes oscilações de preços das ações em bolsas de valores no Brasil e no mundo, principalmente nas ações das chamadas empresas da nova economia, são razões que por si justificariam a elaboração de trabalhos acadêmicos sobre avaliação de empresas. (PEREZ e FAMÁ, 2004, p. 102).

Portanto, a importância da atividade de avaliação de empresas se dá, atualmente, por diversos aspectos e também para várias finalidades, se tornando cada vez mais importante no cenário econômico globalizado, de grande concorrência e de várias possibilidades de investimentos.

## 2.4. Formas de Avaliação de Empresas

Para MARTINS (2000):

São várias as formas de se medir o patrimônio e o lucro de uma empresa; desde o Custo Histórico, com base nas transações ocorridas, passando pelo Custo Corrente, considerando a reposição dos fatores de produção sendo consumidos, avaliando cada ativo e passivo pelo seu Valor Líquido de Realização e chegando ao Valor Presente dos Fluxos de Caixa Futuros. Todas elas consideram, no fundo, um único objeto: o **caixa**; ora o caixa acontecido, o prestes a acontecer, o que aconteceria se ativos e passivos fossem vendidos, o caixa esperado por transações futuras etc., cada uma das informações válidas para uma finalidade diferente. Logo, não são modelos alternativos, que implicam, obrigatoriamente, a eliminação ou não adoção dos demais; podem simplesmente ser tratados como complementares. (MARTINS, 2000, p. 28).

Várias formas e modelos de avaliação de empresas são utilizados na atualidade, principalmente por analistas. Cada qual busca determinar valor a

diversos indicadores das empresas. Estas formas de avaliação e o seu resultado são utilizados para vários tipos de finalidade como concessão de crédito, decisão de investimento e reestruturações.

Os vários modelos e métodos de avaliação de empresas podem ser utilizados em conjunto ou separadamente, porém, nenhum método isolado pode ser considerado o correto, inquestionável ou exato. Todavia, existem métodos de avaliação mais consistentes que, de acordo com as premissas da avaliação, podem se revelar tecnicamente mais adequados dada a circunstância de avaliação e a qualidade das informações disponíveis.

É importante frisar que a qualidade de uma avaliação é diretamente proporcional à qualidade dos dados, informações e do tempo despendido em compreender a empresa avaliada. Dessa forma, o foco do analista deve estar concentrado no processo de avaliação em si e não em seu resultado final. (PEREZ e FAMÁ, 2004, p. 102).

“A avaliação patrimonial das empresas tem provocado enormes discussões acadêmicas e profissionais ao longo do tempo (séculos), confusões conceituais, críticas quanto à relevância e à utilidade da Contabilidade, conferências, artigos etc.” (MARTINS, 2000, p. 29).

Para MARTINS (2000):

A grande confusão parece, pelo menos em parte, devido a não percepção de que todos os modelos até hoje surgidos nada mais são do que visões temporalmente diferentes do mesmo objeto: o patrimônio. E mais, são todos eles, numa perspectiva ainda mais simples, visões temporais de um único elemento patrimonial: o caixa.

Parece que, como fruto dessa falta de visão conjunta e abrangente, nasceu a idéia de que os modelos são conflitantes, mutuamente excludentes; de que a avaliação contábil nada tem a ver com a avaliação patrimonial, e avaliar uma empresa é, primeiramente, desprezar a avaliação contábil; lucro é uma coisa, caixa é outra; e outras bobagens mais. (MARTINS, 2000, p. 29).

Ainda segundo MARTINS (2000), as formas de avaliação são todas complementares entre si (ao invés de meras alternativas uma às outras); úteis todas elas, cada uma para determinados usuários em certas condições; com prós e contras todas elas, não havendo nenhuma que, sozinha, consiga se cercar das qualidades que satisfaçam a todos.

As metodologias mais utilizadas para se avaliar empresas são:

- Contábil/Patrimonial. Paiva (2001) considera a avaliação pelo valor contábil o método mais direto para se avaliar empresas, pois se baseia apenas nas informações fornecidas pelo Balanço. A limitação deste método, entretanto, refere-se ao valor dos ativos e passivos serem baseados em seus custos históricos, podendo divergir muito dos valores de mercado. Os dados do Balanço não refletem também ativos intangíveis valiosos, como marca, reputação da empresa, recursos humanos, etc.
- Valor de Liquidação, indicado apenas para casos específicos, como a liquidação de uma empresa ou em situações em que os ativos a serem liquidados tenham mais valor do que o valor presente dos rendimentos futuros da empresa.

- Múltiplos ou Avaliação Relativa. A grande popularidade e utilização da avaliação por múltiplos se deve a sua simplicidade, necessidade de poucas informações (uma avaliação baseada em múltiplos necessita de apenas dois dados, um indicando o valor de uma empresa semelhante e outro um valor de referência como: Vendas, EBITDA, Lucro); e rápida precificação de novas informações (esta avaliação incorpora diariamente informações do mercado no valor das empresas abertas, refletindo melhor as constantes mudanças do mercado).
- Fluxo de Caixa Descontado (FCD). A avaliação por FCD está fundamentada no conceito de que o valor de uma empresa está diretamente relacionado aos montantes e às épocas nas quais os fluxos de caixa operacionais estarão disponíveis para distribuição e pode ser considerada a metodologia mundialmente mais utilizada na precificação de empresas e ativos. Os fluxos de caixa projetados dependerão da projeção de receitas, margens e investimentos, e da estimação de uma apropriada taxa de custo de capital, todas, decisões de elevado impacto no cálculo do valor da empresa. Esta abordagem é a mais coerente conceitualmente, mas também a mais vulnerável à interferência, consciente ou inadvertida, do avaliador.
- EVA®. Desenvolvido pela consultoria Stern Stewart & Co, o *Economic Value Added* é, não só um indicador de desempenho, mas também uma ferramenta de gestão. Teoricamente, o *Economic Value Added* é “uma medida fundamental de desempenho corporativo, que é calculada considerando-se a diferença entre o retorno do capital e o custo de capital, e multiplicada pelo capital investido no começo do ano” (Stewart, 1991). O retorno de capital a que se refere Stewart é o lucro econômico, mais conhecido como lucro residual que resta depois dos impostos. O custo de capital inclui o custo de capital de terceiros, que são os juros de empréstimos de curto e longo prazo, por exemplo, e o custo do capital próprio, que é o retorno esperado pelos investidores. Por partir de técnicas semelhantes, tanto o EVA quanto o método do Fluxo de Caixa Descontado, sofrem das mesmas limitações.
- Opções Reais. Sendo o menos difundido dos métodos, aplica-se na avaliação de projetos de investimento cuja viabilidade depende da ocorrência de certos acontecimentos em que haja incerteza. Segundo Damodaran (1997), a teoria de precificação de opções tem larga aplicabilidade em avaliação, especialmente em contextos em que a avaliação tradicional pelo método do FCD e por múltiplos não conseguem captar o valor da flexibilidade. Ele aponta três aplicações específicas do modelo de precificação de opções utilizado: o patrimônio líquido é avaliado como opção de compra sobre a empresa, os ativos de recursos naturais podem ser analisados como opções e uma patente pode ser avaliada como uma opção sobre o produto. Devido à complexidade dos cálculos e dificuldade de se encontrar opções reais no mundo real, a avaliação de empresas por esta metodologia é a menos utilizada e a menos conhecida no mercado financeiro. (MARTELANC; TRIZI; SPICCIATI PACHECO e PASIN).

Após as diversas citações acima com conceituações, pode-se entender a importância dos métodos de avaliação de empresa que possuem hoje diversas finalidades, como avaliar investimentos, avaliação para concessão de crédito, avaliação de mudanças de processos na empresa, entre outros.

Os modelos de avaliação mais utilizados ou pelo menos mais citados nos diversos trabalhos artigos e publicações sobre o tema são o modelo de avaliação contábil/patrimonial, o modelo de fluxo de caixa descontado (FCD) e o modelo *Economic Value Added*, mais conhecido como EVA.

Para o desenvolvimento deste trabalho, será utilizada a avaliação contábil que, conforme já dito anteriormente se baseia nas informações fornecidas pelo balanço das instituições. Podemos dizer também que a avaliação contábil é mais comumente chamada de análise de balanço, e utilizada pelos analistas (responsável pela análise) para diversas finalidades.

Em verdade, a preocupação do analista centra-se nas demonstrações contábeis da sociedade, das quais extrai suas conclusões a respeito de sua situação econômico-financeira, e toma (ou influencia) decisões com relação a conceder ou não crédito, investir em seu capital acionário, alterar determinada política financeira, avaliar se a empresa está sendo bem administrada, identificar sua capacidade de solvência (estimar se irá falir ou não), avaliar se é uma empresa lucrativa e se tem condições de saldar suas dívidas com recursos gerados internamente etc. (ASSAF NETO, 2010, p. 36).

Ainda sobre a análise de balanços, para ASSAF NETO:

A “Análise de Balanços” permite que se extraia, dos demonstrativos contábeis apurados e divulgados por uma empresa, informações úteis sobre o seu desempenho econômico-financeiro, podendo atender aos objetivos de análise de investidores, credores, concorrentes, empregados, governo etc. (ASSAF NETO, 2010, p. 36).

A escolha deste método se baseou, sobretudo, na possibilidade que o mesmo fornece de mensuração de índice de desempenho econômico-financeiro das empresas. Estes índices que tornarão possível a comparação entre as empresas estudadas, para determinação de uma análise mais conclusiva.

### **3. Técnicas e Métodos de Pesquisa – Instrumento de Tabulação e Análise dos Dados**

#### **3.1. Tipos e as técnicas de pesquisa ou estratégias escolhidas para coletar os dados**

A pesquisa terá uma amostra muito específica dentro de uma “população”, definida por BARBETTA (2005, p. 25) como “o conjunto de elementos que formam o universo de nosso estudo e que queremos abranger no nosso estudo. São os elementos para os quais desejamos que as conclusões, oriundas da pesquisa, sejam válidas”.

O trabalho será realizado com análise de instituições financeiras brasileiras. Dentro desta população de instituições financeiras será escolhida uma parte específica que é o segmento bancário.

Dentro do segmento bancário a amostra foi definida como os Bancos Múltiplos (conforme classificação do Banco Central do Brasil – BCB), cujos balanços são publicados no site da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) e que estão classificados no segmento Bancos, do Subsetor Intermediários Financeiros, do Setor Financeiro, da referida Bolsa de Valores.

A princípio, o objetivo era fazer a análise de todos os bancos classificados como bancos múltiplos pelo BCB, porém com a análise das instituições nestas condições percebeu-se algumas nuances que ocasionaram na mudança da amostra da pesquisa.

Muitos bancos classificados e autorizados a funcionar como bancos múltiplos pelo BCB, estão sob controle de outros conglomerados financeiros, como é o caso do Banco Alvorada, comprado pelo banco/conglomerado Bradesco, do Banco Banerj, comprado pelo Itaú (hoje, ItaúUnibanco) e do Banco Bandepe, comprado pelo banco Real, que posteriormente foi comprado pelo banco/conglomerado Santander.

Foi observado também que alguns bancos classificados e autorizados a funcionar como bancos múltiplos na verdade tem sua atuação concentrada em áreas

específicas, como é o caso, por exemplo, do Banco Barclays que “atua principalmente por meio de sua carteira de banco de investimento” (disponível em: <http://www.barcap.com/About+Barclays+Capital/Our+Firm/Financial+Information/Banco+Barclays+S.A.>, acesso em 14/11/2010) e “não atua no varejo, não concede empréstimos e não oferece seus produtos e serviços a clientes individuais (pessoas físicas)” (disponível em: <http://www.barcap.com/About+Barclays+Capital/Our+Firm/Financial+Information/Banco+Barclays+S.A.>, acesso em 14/11/2010); e do Banco BTG Pactual, que também possui classificação e autorização para funcionar como banco múltiplo, mas na verdade tem sua atuação focada na área de investimento, sendo caracteristicamente um banco de investimento.

Após uma primeira análise, buscou-se achar algo em comum com os bancos objeto de estudo deste trabalho, que são os bancos estaduais. Foi percebido que estes bancos são sociedades anônimas de capital aberto, classificados como bancos múltiplos e que têm seus balanços publicados no site da BM&FBOVESPA, onde estão inseridos na classificação setorial – Financeiro – Intermediários Financeiros – Bancos. Daí, a decisão por utilizar todos os bancos também listados no site da BM&FBOVESPA, na mesma classificação.

Como todos os bancos estaduais são sociedades anônimas de capital aberto, para fins de comparação mais justa, foram usados outros bancos também na mesma condição. Porém houve uma dificuldade em obtenção dos balanços de todos os bancos nesta situação e os que eram obtidos pelos sites dos mesmos, muitas vezes, estavam com informações incompletas, o que prejudicaria a análise dos dados.

Neste ponto, achou-se na relação dos bancos com balanços publicados no site da BM&FBOVESPA (conforme já relatado acima), uma compatibilidade de situação, como S/A's de capital aberto, e uma padronização dos demonstrativos contábeis, que seguiam um padrão muito próximo que possibilitou a análise mais justa. Além disso, os bancos ali listados têm uma atuação muito parecida, atuando no varejo, com clientes individuais e também institucionais, atuando com concessão de empréstimos e captação e, possuindo também empresas coligadas, como Administradoras de Cartões, Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, entre outras.

O tipo de amostra utilizado, portanto, será o não probabilístico, em que a seleção dos elementos da população, neste caso, depende do julgamento do pesquisador.

Ainda sobre a amostra não probabilística, foi feita uma amostragem por julgamento onde “os elementos escolhidos são aqueles julgados típicos da população que se quer pesquisar. O pesquisador usa critérios profissionais ao invés do acaso para selecionar os elementos da amostra” (ZANELLA, 2006, pág. 97).

Os dados coletados para a pesquisa serão as demonstrações contábeis da amostra da pesquisa, ou seja, dos Bancos classificados no Setor – Financeiro, Subsetor – Intermediários Financeiros, Segmento – Bancos da Bolsa de Valores Mercadoria e Futuros de São Paulo.

Podemos considerar estes dados como secundários, pois, estes “são os dados que já foram coletados, tabulados, ordenados e, algumas vezes, já analisados: publicações (censo demográfico, industrial etc.), relatórios e manuais da organização (documentos internos), pesquisas já desenvolvidas e outras” (ZANELLA, 2006, pág. 91).

Como os dados serão coletados de documentos das empresas escolhidas para esta pesquisa, pode-se dizer que a técnica de coleta de dados será através de análise documental.

A análise documental, também chamada de pesquisa documental, envolve a investigação em documentos internos (da organização) ou externos (governamentais, de organizações não-governamentais, instituições de pesquisa, dentre outras). É uma técnica utilizada tanto em pesquisa quantitativa como qualitativa.

Os documentos internos, como estatuto, regulamento, relatórios, manuais, apresentam como vantagem a disponibilidade e o baixo custo de utilização. (ZANELLA, 2006, pág. 121).

Para complementar a questão dos tipos e técnicas de pesquisa para este trabalho e, conforme todas as explicações acima, a pesquisa quantitativa será a utilizada, com variáveis quantitativas, já descritas.

### **3.2. Caracterização da organização, setor ou área**

Como já relatado será realizado uma análise dos bancos múltiplos, constituídos como sociedades anônimas de capital aberto, listados no site da

BM&FBOVESPA, classificados no Setor – Financeiro, Subsetor – Intermediários Financeiros, Segmento – Bancos.

Uma sociedade anônima (ou companhia) tem seu capital social expresso em ações, de mesmo valor nominal, as quais podem ser livremente negociadas no mercado. Nesta sociedade, o capital não é alocado a um sócio específico; aquele que possui a maior quantidade de ações tem o seu controle.

Na S/A, a responsabilidade do acionista é limitada ao montante subscrito ou adquirido de ações. Em caso de insolvência da companhia, somente o patrimônio da sociedade é atingido (ASSAF NETO, 2010, p. 11).

Sobre a definição de sociedade anônima vale uma observação que esta pode ser de capital aberto, quando possui suas ações negociadas no mercado, assim também como seus valores mobiliários (debêntures, por exemplo); ou de capital fechado, quando não é admitida a negociação de seus títulos mobiliários no mercado.

Ainda sobre as sociedades anônimas, para PEREIRA (2010):

...as sociedades anônimas compreendem as grandes empresas, que podem ter seu capital aberto ou fechado. As empresas de capital aberto têm suas ações negociadas nas Bolsas de Valores. Esse tipo de sociedade tem uma séria de obrigações de divulgar informações destinadas ao mercado de capitais (PEREIRA, 2010, p. 46).

Vale neste ponto, conceituar também os bancos múltiplos, que são objeto de pesquisa deste trabalho.

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos a vista. Na sua denominação social deve constar a expressão “Banco” (Resolução CMN 2.099, de 1994) (ASSAF NETO, 2010, p. 271).

### **3.3. População e amostra da pesquisa**

No item anterior já foi bem colocada a população e amostra da pesquisa.

A população é: Instituições Financeiras existentes no Brasil.

Dentro desta população, a amostra escolhida para a realização da pesquisa/trabalho foi: Os Bancos Múltiplos autorizados a funcionar no Brasil pelo Banco Central na data de referência do dia 01/09/2010, constituídos sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e listados no site da BM&FBOVESPA, classificados no Setor – Financeiro, Subsetor – Intermediários Financeiros, Segmento – Bancos, da referida Bolsa de Valores.

A tabela abaixo traz a relação destes bancos:

Tabela 1: Relação de Bancos Analisados

<b>NOME INSTITUIÇÃO</b>	<b>SEGMENTO</b>
BANCO ABC BRASIL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO ALFA S.A.	Banco Múltiplo
BANCO BRADESCO S.A.	Banco Múltiplo
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO DA AMAZONIA S.A.	Banco Múltiplo
BANCO DAYCOVAL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO DO BRASIL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	Banco Múltiplo
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	Banco Múltiplo
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO INDUSVAL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	Banco Múltiplo
BANCO PANAMERICANO S.A.	Banco Múltiplo
BANCO PINE S.A.	Banco Múltiplo
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Banco Múltiplo
BANCO SOFISA S.A.	Banco Múltiplo
BANCO VOTORANTIM S.A.	Banco Múltiplo
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	Banco Múltiplo
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	Banco Múltiplo
ITAÚ UNIBANCO S.A.	Banco Múltiplo
PARANÁ BANCO S.A.	Banco Múltiplo

Fonte: Elaborada pelo autor.

A tabela se refere à amostra da população, que será objeto desta pesquisa. Em destaque aparecem as instituições que se quer analisar ao fim da pesquisa.

### **3.4. O instrumento de pesquisa e definição das técnicas de tabulação e análise de dados**

Em primeiro lugar há de se considerar que a pesquisa será quantitativa e será realizada uma análise das demonstrações contábeis dos Bancos.

Portanto, conforme já relatado nos tipos e técnicas de pesquisa, acima, será feita uma análise documental.

Os dados coletados, no caso, as demonstrações contábeis dos Bancos, serão avaliados e, as avaliações feitas levarão em conta alguns Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro.

Sendo assim, os dados serão coletados em fontes fidedignas, uma delas será o site da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), onde são publicadas e disponibilizadas as demonstrações contábeis das empresas que serão objeto deste estudo e nos sites das próprias instituições. Estes dados coletados serão analisados para chegarmos aos indicadores de desempenho.

A análise dos indicadores será feita segundo grupos de índices de desempenho. Estes índices foram extraídos do autor ASSAF NETO (2010), que dedica uma parte de seu livro para o estudo e análise do balanço de bancos, que possuem características específicas em relação a outros ramos de atividade.

Portanto, os balanços dos Bancos listados (amostra da pesquisa) farão parte também da base de dados da pesquisa, se constituindo como principais dados nesta pesquisa.

Ressalto que os balanços poderão fazer parte dos anexos desta pesquisa, porém os principais elementos que nortearão o resultado final serão os indicadores de desempenho e não propriamente os balanços dos Bancos.

A análise dos dados será feita da seguinte forma: será feito um ranking para cada indicador analisado, pontuando-se cada Banco na proporção inversa de sua colocação no ranking e ao final serão somados os pontos dos bancos para chegar-se ao ranking final que apontará a posição geral de cada banco, segundo seus indicadores de desempenho, sendo o primeiro colocado o banco com melhor desempenho e o último colocado aquele com pior desempenho.

A tabela abaixo irá exemplificar o que se deseja fazer:

Tabela 2: Modelo de Análise final dos Bancos

Pontuação	Lucratividade dos Ativos	Liquidez Imediata	Retorno Médio sobre o PL (ROE)	Pontuação Final
Banco A	6	5	4	15
Banco B	5	6	3	14
Banco C	4	1	1	6
Banco X	3	3	2	8
Banco Y	2	4	6	12
Banco Z	1	2	5	8

Fonte: Elaborada pelo autor.

No caso hipotético acima teríamos o Banco A como primeiro colocado e o Banco C como último colocado no ranking final de desempenho.

Nos próximos tópicos será realizada a análise dos indicadores para mensurar-se o ranking final e poderemos identificar quais as posições ocupadas pelos Bancos Estaduais, de forma a chegarmos à resposta do problema da pesquisa.

## 4. Análises, Resultados e Discussão

Como já relatado nas especificações do instrumento de coleta e análise dos dados, será realizada uma análise dos balanços da amostra de bancos já detalhada com base em indicadores de desempenho que serão obtidos através da análise dos balanços dos bancos.

Os bancos são instituições com fins lucrativos que desempenham suas atividades basicamente como intermediadores financeiros, captando recursos de clientes superavitários e emprestando-os para clientes deficitários ou com necessidades de recursos. A diferença entre a taxa que o banco irá remunerar suas captações e a taxa que irá cobrar em suas aplicações será a remuneração do banco e deverá ser suficiente para que o banco cubra suas despesas administrativas e operacionais e remunere seus acionistas. Esta diferença entre as taxas de captação e aplicação é também denominada de *spread*.

Pelas suas características e pela sua forma de atuação fica claro que a mercadoria dos bancos é a moeda e, por isso, se diferem de outros segmentos como indústria e comércio.

A diferença de atuação com relação a outros segmentos e a particularidade de sua principal mercadoria ser a moeda exige formas específicas de se analisar o balanço destas instituições.

Tradicionalmente, as técnicas de análise de balanços têm-se voltado preferencialmente para as empresas comerciais e industriais, dispensando pouca atenção às instituições financeiras. O entendimento adequado das demonstrações contábeis dos bancos exige um nível de conhecimento específico mais aprimorado, principalmente no que se refere ao domínio da dinâmica financeira (ASSAF NETO, 2010, p. 279).

Ainda para ASSAF NETO:

Conforme introduzido no processo de intermediação financeira, existem certas características de atuação dos bancos que conflitam com o raciocínio usualmente adotado nas análises de balanços, tornando o entendimento de suas demonstrações contábeis uma tarefa não muito simples.

De início, deve ser destacado que a mercadoria de transação da instituição é o dinheiro, e seu custo de venda são os juros pagos pelas captações de fundos no mercado. Em outras palavras, identificam-se nos agentes econômicos superavitários os *fornecedores* dos bancos, e nos tomadores de empréstimos os *clientes* da instituição (ASSAF NETO, 2010, p. 281).

A partir de agora serão mensurados os resultados da análise dos balanços dos bancos. Esta análise foi dividida em grupo de índices que são: indicadores de

solvência e liquidez, indicadores de capital e risco, indicadores de rentabilidade, análise da sensibilidade dos juros – GAP e análise do valor econômico agregado.

#### 4.1. Indicadores de solvência e liquidez

Os indicadores de solvência e liquidez irão mostrar, basicamente, a quantidade de ativos que a instituição tem para honrar seus passivos.

Uma instituição financeira pode ser considerada *solvente* quando o valor de seus ativos superar o valor de seus passivos de diferentes naturezas.

...Por outro lado, a *liquidez* dos bancos reflete a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa. A posição de liquidez revela, mais especificamente, a habilidade de uma instituição gerar caixa de maneira a atender adequadamente a suas obrigações financeiras.

**Encaixe Voluntário** – Segundo ASSAF NETO, “o encaixe voluntário identifica a capacidade financeira imediata de um banco em cobrir saques contra depósitos a vista na data de encerramento do exercício social” (ASSAF NETO, 2010, p. 285). É obtido através da divisão das disponibilidades pelos depósitos à vista.

Tabela 3: Encaixe Voluntário

Encaixe Voluntário				
Banco	Disponibilidades	Depósitos à Vista	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	89.019	13.882	6,41	23
BANCO PINE S.A.	117.126	35.936	3,26	22
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	243.841	408.282	0,6	21
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	80.485	146.759	0,55	20
ITAÚ UNIBANCO S.A.	11.187.736	21.377.573	0,52	19
BANCO SOFISA S.A.	42.072	97.141	0,43	18
BANCO DAYCOVAL S.A.	58.306	163.202	0,36	17
BANCO VOTORANTIM S.A.	93.497	285.230	0,33	16
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	106.318	400.224	0,27	15
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	3.556.756	13.469.497	0,26	14
BANCO ALFA S.A.	5.472	22.692	0,24	13
BANCO BRADESCO S.A.	6.877.457	32.754.590	0,21	12
BANCO INDUSVAL S.A.	6.151	36.248	0,17	11
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	339.863	2.028.887	0,17	10
BANCO DO BRASIL S.A.	9.535.060	59.025.332	0,16	9
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	87.183	632.447	0,14	8
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	65.134	493.976	0,13	7
BANCO DA AMAZONIA S.A.	70.462	554.817	0,13	6
PARANÁ BANCO S.A.	1.434	11.469	0,13	5
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	113.685	909.851	0,12	4
BANCO PANAMERICANO S.A.	3.971	32.043	0,12	3
BANCO ABC BRASIL S.A.	11.868	147.092	0,08	2
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	36.826	474.424	0,08	1

Fonte: Elaborada pelo Autor

**Liquidez Imediata** – é a relação entre as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez e os depósitos a vista e é obtido pela simples divisão destes valores. Para ASSAF NETO “esse índice, quando maior que 1,0, apresenta-

se como favorável, mantendo a instituição recursos disponíveis para cobrir integralmente os depósitos a vista e parte dos depósitos a prazo” (ASSAF NETO, 2010, p. 285).

Tabela 4: Liquidez Imediata (elaborada pelo autor)

Banco	Liquidez Imediata		Depósitos à Vista	Índice	Pontuação Atribuída
	Disponibilidades Aplicações Interfinanceiras Liquidez	+ de			
BANCO VOTORANTIM S.A.	14.923.237		285.230	52,32	23
BANCO PANAMERICANO S.A.	983.345		32.043	30,69	22
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	3.735.814		146.759	25,46	21
BANCO DAYCOVAL S.A.	3.079.320		163.202	18,87	20
BANCO INDUSVAL S.A.	353.212		36.248	9,74	19
BANCO ABC BRASIL S.A.	1.268.461		147.092	8,62	18
PARANÁ BANCO S.A.	93.069		11.469	8,11	17
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	108.423		13.882	7,81	16
ITAÚ UNIBANCO S.A.	157.813.184		21.377.573	7,38	15
BANCO SOFISA S.A.	645.854		97.141	6,65	14
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	2.400.110		400.224	6	13
BANCO PINE S.A.	182.144		35.936	5,07	12
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	1.545.183		408.282	3,78	11
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	2.945.855		909.851	3,24	10
BANCO BRADESCO S.A.	102.800.569		32.754.590	3,14	9
BANCO DO BRASIL S.A.	140.747.803		59.025.332	2,38	8
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	4.473.087		2.028.887	2,2	7
BANCO ALFA S.A.	44.932		22.692	1,98	6
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	23.010.534		13.469.497	1,71	5
BANCO DA AMAZONIA S.A.	896.884		554.817	1,62	4
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	980.804		632.447	1,55	3
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	438.237		493.976	0,89	2
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	252.921		474.424	0,53	1

Fonte: Elaborada pelo Autor

**Índice Empréstimos/Depósitos** – Relação entre as operações de crédito e o total da captação do banco sob a forma de depósitos. “Um incremento na relação empréstimos/depósitos identifica uma diminuição na capacidade do banco em atender a eventuais saques da conta de seus depositantes, ocorrendo o inverso no caso de redução desse índice” (ASSAF NETO, 2010, p. 286).

Tabela 5: Índice de Empréstimos/Depósitos

Banco	Índice Empréstimos/Depósitos		Índice	Pontuação Atribuída
	Operações de Crédito	Depósitos		
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	870.146	2.021.587	0,43	23
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	769.070	1.545.825	0,5	22
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	3.114.949	5.028.240	0,62	21
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	3.359.445	5.410.050	0,62	20
BANCO DA AMAZONIA S.A.	1.619.317	2.135.940	0,76	19
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	13.933.320	17.144.697	0,81	18
BANCO DO BRASIL S.A.	293.469.523	343.960.826	0,85	17
BANCO INDUSVAL S.A.	1.239.927	1.357.151	0,91	16
ITAÚ UNIBANCO S.A.	186.369.460	202.938.506	0,92	15
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	4.692.686	4.949.639	0,95	14
BANCO BRADESCO S.A.	176.179.871	178.451.969	0,99	13
BANCO SOFISA S.A.	2.536.000	2.320.776	1,09	12
PARANÁ BANCO S.A.	1.374.654	1.173.773	1,17	11
BANCO PINE S.A.	3.500.039	2.928.875	1,2	10
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	131.218.974	102.515.042	1,28	9
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	8.963.753	6.868.603	1,31	8
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	9.904.302	7.429.055	1,33	7
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	5.176.237	3.767.196	1,37	6
BANCO PANAMERICANO S.A.	8.606.247	5.701.124	1,51	5
BANCO DAYCOVAL S.A.	4.247.968	2.774.956	1,53	4
BANCO ALFA S.A.	5.271.201	3.145.188	1,68	3
BANCO VOTORANTIM S.A.	44.432.227	24.239.282	1,83	2
BANCO ABC BRASIL S.A.	6.245.446	3.144.446	1,99	1

Fonte: Elaborada pelo autor

**Capital de Giro Próprio** – Diferença entre o patrimônio líquido e o ativo não circulante. Indica os recursos próprios da instituição que se encontram financiando as operações ativas. Para tornar possível a comparação entre as instituições foi dividido o capital de giro próprio pelo passivo total (que, no caso dos bancos representa o capital de terceiro e próprio) para chegar-se em um índice passível de comparação, ressalvadas as devidas proporções entre as instituições. Quanto maior for o resultado desta divisão melhor será este indicador que representará o capital de giro próprio frente ao capital total (próprio e de terceiros).

Tabela 6: Capital de Giro Próprio (elaborada pelo autor)

Banco	Patrimônio Líquido	Ativo Não Circulante	Índice	Relação CGP/Passivo Total	Pontuação Atribuída
BANCO INDUSVAL S.A.	429.678	512.788	-83.110	-0,027305	23
BANCO DAYCOVAL S.A.	1.668.016	2.377.162	-709.146	-0,080462	22
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	1.867.061	3.686.322	-1.819.261	-0,124838	21
BANCO ALFA S.A.	1.739.119	3.354.312	-1.615.193	-0,136894	20
BANCO ABC BRASIL S.A.	1.279.066	2.856.611	-1.577.545	-0,162649	19
BANCO PINE S.A.	853.300	2.189.381	-1.336.081	-0,166723	18
BANCO BRADESCO S.A.	44.295.323	143.304.326	-99.009.003	-0,177404	17
ITAÚ UNIBANCO S.A.	37.062.787	151.269.663	-114.206.876	-0,184518	16
BANCO SOFISA S.A.	759.779	1.876.048	-1.116.269	-0,242923	15
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	65.324.650	158.330.106	-93.005.456	-0,248137	14
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	673.385	2.949.694	-2.276.309	-0,249621	13
PARANÁ BANCO S.A.	796.534	1.534.735	-738.201	-0,249801	12
BANCO DA AMAZONIA S.A.	1.936.163	4.241.177	-2.305.014	-0,286257	11
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	719.421	3.367.806	-2.648.385	-0,288676	10
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	232.739	844.179	-611.440	-0,319081	9
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	167.221	954.106	-786.885	-0,321142	8
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	3.590.103	13.719.169	-10.129.066	-0,325706	7
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	2.060.753	9.161.748	-7.100.995	-0,357657	6
BANCO VOTORANTIM S.A.	8.038.943	43.658.390	-35.619.447	-0,358289	5
BANCO DO BRASIL S.A.	39.331.882	312.441.375	-273.109.493	-0,361397	4
BANCO PANAMERICANO S.A.	1.370.921	6.065.027	-4.694.106	-0,373040	3
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	658.424	3.593.365	-2.934.941	-0,407631	2
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	647.727	4.322.797	-3.675.070	-0,434632	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

**Participação dos Empréstimos** – Segundo ASSAF NETO “esse indicador revela o percentual do ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de créditos. Sabidamente, os empréstimos são ativos de baixa liquidez, apresentando-se geralmente inegociáveis até o momento de seu vencimento (ASSAF NETO, 2010, p. 286). Dessa forma, quanto maior o índice, representará menor nível de liquidez. É obtido pela divisão das operações de crédito pelo ativo total.

Tabela 7: Participação dos Empréstimos (elaborada pelo autor)

Participação dos Empréstimos				
Banco	Operações de Crédito	Ativo Total	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO DA AMAZONIA S.A.	1.619.317	8.052.240	0,2	23
ITAÚ UNIBANCO S.A.	186.369.460	618.948.029	0,3	22
BANCO BRADESCO S.A.	176.179.871	558.100.216	0,32	21
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	3.114.949	9.174.255	0,34	20
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	131.218.974	374.814.570	0,35	19
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	870.146	2.450.274	0,36	18
BANCO DO BRASIL S.A.	293.469.523	755.705.629	0,39	17
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	769.070	1.916.256	0,4	16
BANCO INDUSVAL S.A.	1.239.927	3.043.794	0,41	15
BANCO PINE S.A.	3.500.039	8.013.800	0,44	14
BANCO ALFA S.A.	5.271.201	11.798.822	0,45	13
BANCO VOTORANTIM S.A.	44.432.227	99.415.503	0,45	12
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	13.933.320	31.098.754	0,45	11
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	8.963.753	19.854.198	0,45	10
PARANÁ BANCO S.A.	1.374.654	2.955.162	0,47	9
BRB - BANCO DE BRÁSILIA S.A.	3.359.445	7.199.992	0,47	8
BANCO DAYCOVAL S.A.	4.247.968	8.813.461	0,48	7
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	4.692.686	9.119.057	0,51	6
BANCO SOFISA S.A.	2.536.000	4.595.165	0,55	5
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	5.176.237	8.455.596	0,61	4
BANCO ABC BRASIL S.A.	6.245.446	9.699.102	0,64	3
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	9.904.302	14.572.956	0,68	2
BANCO PANAMERICANO S.A.	8.606.247	12.583.384	0,68	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

## 4.2. Indicadores de análise de capital e risco

Um banco opera basicamente com capital de terceiros e com capital próprio, que são utilizados em suas operações de aplicação, quais sejam os empréstimos, operações de arrendamento mercantil, aplicações interfinanceiras, entre outras.

Contudo, por sua característica principal, um banco opera com uma grande alavancagem, sendo que o seu capital próprio é basicamente utilizado para financiar seu ativo permanente.

Porém, as operações, sobretudo de aplicação de um banco oferecem riscos. Os riscos inerentes a estas operações envolvem o risco de crédito, o risco de mercado e, conforme acrescentado no Acordo de Basiléia II, de 2004, o risco operacional.

Porém, é de grande importância que os bancos mantenham um capital próprio mínimo para fazer frente aos riscos assumidos e hoje este capital mínimo é definido pelo próprio Banco Central do Brasil.

Apesar da exigência de um capital próprio mínimo, é de difícil mensuração se este capital é suficiente para cobrir eventuais necessidades, pois, cada banco tem uma exposição aos riscos inerentes a seus ativos.

“Independência Financeira – Relação entre o patrimônio líquido e o ativo total” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 8: Independência Financeira (elaborada pelo autor)

Independência Financeira				
Banco	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Índice	Pontuação Atribuída
PARANÁ BANCO S.A.	796.534	2.955.162	0,269540	23
BANCO DA AMAZONIA S.A.	1.936.163	8.052.240	0,240450	22
BANCO DAYCOVAL S.A.	1.668.016	8.813.461	0,189258	21
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	65.324.650	374.814.570	0,174285	20
BANCO SOFISA S.A.	759.779	4.595.165	0,165343	19
BANCO ALFA S.A.	1.739.119	11.798.822	0,147398	18
BANCO INDUSVAL S.A.	429.678	3.043.794	0,141165	17
BANCO ABC BRASIL S.A.	1.279.066	9.699.102	0,131875	16
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	1.867.061	14.572.956	0,128118	15
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	232.739	1.916.256	0,121455	14
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	3.590.103	31.098.754	0,115442	13
BANCO PANAMERICANO S.A.	1.370.921	12.583.384	0,108947	12
BANCO PINE S.A.	853.300	8.013.800	0,106479	11
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	2.060.753	19.854.198	0,103794	10
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	658.424	7.199.992	0,091448	9
BANCO VOTORANTIM S.A.	8.038.943	99.415.503	0,080862	8
BANCO BRADESCO S.A.	44.295.323	558.100.216	0,079368	7
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	719.421	9.174.255	0,078417	6
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	647.727	8.455.596	0,076603	5
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	673.385	9.119.057	0,073844	4
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	167.221	2.450.274	0,068246	3
ITAÚ UNIBANCO S.A.	37.062.787	618.948.029	0,059880	2
BANCO DO BRASIL S.A.	39.331.882	755.705.629	0,052047	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

“Leverage - Relação entre o ativo total e o patrimônio líquido” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 9: Leverage (elaborada pelo autor)

Leverage				
Banco	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Índice	Pontuação Atribuída
PARANÁ BANCO S.A.	2.955.162	796.534	3,710026	23
BANCO DA AMAZONIA S.A.	8.052.240	1.936.163	4,158865	22
BANCO DAYCOVAL S.A.	8.813.461	1.668.016	5,283799	21
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	374.814.570	65.324.650	5,737720	20
BANCO SOFISA S.A.	4.595.165	759.779	6,048028	19
BANCO ALFA S.A.	11.798.822	1.739.119	6,784367	18
BANCO INDUSVAL S.A.	3.043.794	429.678	7,083895	17
BANCO ABC BRASIL S.A.	9.699.102	1.279.066	7,582957	16
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	14.572.956	1.867.061	7,805292	15
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	1.916.256	232.739	8,233498	14
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	31.098.754	3.590.103	8,662357	13
BANCO PANAMERICANO S.A.	12.583.384	1.370.921	9,178781	12
BANCO PINE S.A.	8.013.800	853.300	9,391539	11
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	19.854.198	2.060.753	9,634438	10
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	7.199.992	658.424	10,935191	9
BANCO VOTORANTIM S.A.	99.415.503	8.038.943	12,366738	8
BANCO BRADESCO S.A.	558.100.216	44.295.323	12,599529	7
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	9.174.255	719.421	12,752276	6
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	8.455.596	647.727	13,054259	5
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	9.119.057	673.385	13,542115	4
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	2.450.274	167.221	14,652908	3
ITAÚ UNIBANCO S.A.	618.948.029	37.062.787	16,699986	2
BANCO DO BRASIL S.A.	755.705.629	39.331.882	19,213564	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

**“Relação Capital/Depositantes** – Relação entre o patrimônio líquido e o total dos depósitos passivos. Para cada R\$ 1,00 de captação dos bancos, sob a forma de depósitos, quanto foi aplicado de recursos próprios” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 10: Relação Capital/Depositantes

Relação Capital/Depositantes				
Banco	Patrimônio Líquido	Depósitos Passivos	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO DA AMAZONIA S.A.	1.936.163	2.135.940	0,906469	23
PARANÁ BANCO S.A.	796.534	1.173.773	0,678610	22
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	65.324.650	102.515.042	0,637220	21
BANCO DAYCOVAL S.A.	1.668.016	2.774.956	0,601096	20
BANCO ALFA S.A.	1.739.119	3.145.188	0,552946	19
BANCO ABC BRASIL S.A.	1.279.066	3.144.446	0,406770	18
BANCO VOTORANTIM S.A.	8.038.943	24.239.282	0,331649	17
BANCO SOFISA S.A.	759.779	2.320.776	0,327381	16
BANCO INDUSVAL S.A.	429.678	1.357.151	0,316603	15
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	2.060.753	6.868.603	0,300025	14
BANCO PINE S.A.	853.300	2.928.875	0,291341	13
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	1.867.061	7.429.055	0,251319	12
BANCO BRADESCO S.A.	44.295.323	178.451.969	0,248220	11
BANCO PANAMERICANO S.A.	1.370.921	5.701.124	0,240465	10
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	3.590.103	17.144.697	0,209400	9
ITAÚ UNIBANCO S.A.	37.062.787	202.938.506	0,182631	8
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	647.727	3.767.196	0,171939	7
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	232.739	1.545.825	0,150560	6
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	719.421	5.028.240	0,143076	5
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	673.385	4.949.639	0,136047	4
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	658.424	5.410.050	0,121704	3
BANCO DO BRASIL S.A.	39.331.882	343.960.826	0,114350	2
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	167.221	2.021.587	0,082718	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

**“Imobilização do Capital Próprio** – Relação entre o ativo permanente e o patrimônio líquido. Porcentagem do capital próprio aplicado no banco que foi imobilizado em ativo permanente” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 11: Imobilização do Capital Próprio

Imobilização do Capital Próprio				
Banco	Ativo Permanente	Patrimônio Líquido	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO DAYCOVAL S.A.	10.334	1.668.016	0,006195	23
BANCO ALFA S.A.	22.166	1.739.119	0,012746	22
BANCO ABC BRASIL S.A.	17.196	1.279.066	0,013444	21
BANCO PINE S.A.	13.854	853.300	0,016236	20
BANCO VOTORANTIM S.A.	192.024	8.038.943	0,023887	19
BANCO INDUSVAL S.A.	12.849	429.678	0,029904	18
BANCO PANAMERICANO S.A.	42.731	1.370.921	0,031170	17
PARANÁ BANCO S.A.	69.412	796.534	0,087143	16
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	191.085	2.060.753	0,092726	15
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	60.640	647.727	0,093620	14
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	68.458	719.421	0,095157	13
BANCO SOFISA S.A.	76.402	759.779	0,100558	12
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	192.232	1.867.061	0,102960	11
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	379.194	3.590.103	0,105622	10
BANCO DA AMAZONIA S.A.	244.041	1.936.163	0,126044	9
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	109.739	658.424	0,166669	8
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	42.480	232.739	0,182522	7
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	125.478	673.385	0,186339	6
BANCO BRADESCO S.A.	10.232.242	44.295.323	0,231001	5
ITAÚ UNIBANCO S.A.	9.547.837	37.062.787	0,257612	4
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	68.291	167.221	0,408388	3
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	28.643.673	65.324.650	0,438482	2
BANCO DO BRASIL S.A.	18.554.821	39.331.882	0,471750	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os indicadores de capital até aqui analisados visam, basicamente, mensurar a capacidade das instituições analisadas em fazer frente, através de seus recursos próprios, aos riscos que envolvem os negócios.

Apesar da importância desses índices financeiros, é preciso ter-se em conta que seus resultados não avaliam o risco operacional (risco dos ativos) dos bancos. Duas instituições podem apresentar o mesmo índice patrimônio líquido/ativo, por exemplo, mas a natureza e a qualidade das aplicações de uma podem diferenciar-se da outra, assumindo riscos diferentes. O índice revela unicamente que as instituições apresentam a mesma estrutura de independência financeira, mas ignora os riscos assumidos (ASSAF NETO, 2010, p. 288-289).

**“Taxa de Reinvestimento do Lucro – Relação entre o resultado líquido reinvestido (lucro líquido – dividendos) e o patrimônio líquido. Variação no capital próprio de um banco (patrimônio líquido), determinada pela retenção dos lucros”** (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 12: Taxa de Reinvestimento do Lucro

Taxa de Reinvestimento do Lucro				
Banco	Lucro Líquido - Dividendos	Patrimônio Líquido	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	82.692	673.385	0,122800	23
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	77.528	658.424	0,117748	22
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	18.035	167.221	0,107851	21
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	21.459	232.739	0,092202	20
ITÁ UNIBANCO S.A.	3.031.859	37.062.787	0,081803	19
BANCO DO BRASIL S.A.	3.023.783	39.331.882	0,076879	18
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	54.824	719.421	0,076206	17
BANCO BRADESCO S.A.	3.158.236	44.295.323	0,071300	16
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	126.355	1.867.061	0,067676	15
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	189.099	3.590.103	0,052672	14
BANCO ABC BRASIL S.A.	62.146	1.279.066	0,048587	13
BANCO VOTORANTIM S.A.	364.697	8.038.943	0,045366	12
PARANÁ BANCO S.A.	35.545	796.534	0,044625	11
BANCO DAY COVAL S.A.	71.206	1.668.016	0,042689	10
BANCO PANAMERICANO S.A.	57.152	1.370.921	0,041689	9
BANCO ALFA S.A.	62.916	1.739.119	0,036177	8
BANCO PINE S.A.	30.776	853.300	0,036067	7
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	51.989	2.060.753	0,025228	6
BANCO DA AMAZONIA S.A.	35.325	1.936.163	0,018245	5
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	716.344	65.324.650	0,010966	4
BANCO INDUSVAL S.A.	3.062	429.678	0,007126	3
BANCO SOFISA S.A.	-5.084	759.779	-0,006691	2
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	-13.102	647.727	-0,020228	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

**“Índice de Retenção de Lucro – Relação entre o resultado líquido reinvestido (lucro líquido – dividendos) e o lucro líquido do exercício. Revela a porcentagem do lucro líquido não distribuído aos acionistas, retido para reinvestimento”** (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 13: Índice de Retenção de Lucro

Banco	Índice de Retenção de Lucro			Pontuação Atribuída
	Lucro Líquido Dividendos	Lucro Líquido	Índice	
BANCO PANAMERICANO S.A.	57.152	63.152	0,904991	23
ITAÚ UNIBANCO S.A.	3.031.859	3.661.841	0,827960	22
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	18.035	22.397	0,805242	21
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	77.528	101.128	0,766632	20
BANCO VOTORANTIM S.A.	364.697	477.518	0,763735	19
BANCO DA AMAZONIA S.A.	35.325	46.513	0,759465	18
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	54.824	74.638	0,734532	17
BANCO ALFA S.A.	62.916	87.293	0,720745	16
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	126.355	178.355	0,708447	15
BANCO BRADESCO S.A.	3.158.236	4.508.024	0,700581	14
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	21.459	30.979	0,692695	13
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	82.692	120.891	0,684021	12
PARANÁ BANCO S.A.	35.545	54.196	0,655860	11
BANCO ABC BRASIL S.A.	62.146	97.104	0,639994	10
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	189.099	304.999	0,619999	9
BANCO DAY COVAL S.A.	71.206	118.802	0,599367	8
BANCO DO BRASIL S.A.	3.023.783	5.076.256	0,595672	7
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	51.989	110.055	0,472391	6
BANCO PINE S.A.	30.776	65.776	0,467891	5
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	716.344	2.016.344	0,355269	4
BANCO INDUSVAL S.A.	3.062	15.608	0,196181	3
BANCO SOFISA S.A.	-5.084	37.216	-0,136608	2
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	-13.102	18.538	-0,706764	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

“**Limite de Expansão** – Calculado pelo produto da taxa de retenção do lucro e o índice de independência financeira. Revela a expansão máxima dos ativos do banco possíveis de serem financiados por recursos próprios” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 14: Limite de Expansão

Banco	Limite de Expansão			Pontuação Atribuída
	Taxa de Reinvestimento do Lucro	Índice de Independência Financeira	Índice	
BANCO DA AMAZONIA S.A.	0,759465	0,240450	0,182614	23
PARANÁ BANCO S.A.	0,655860	0,269540	0,176780	22
BANCO DAY COVAL S.A.	0,599367	0,189258	0,113435	21
BANCO ALFA S.A.	0,720745	0,147398	0,106236	20
BANCO PANAMERICANO S.A.	0,904991	0,108947	0,098596	19
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	0,708447	0,128118	0,090765	18
BANCO ABC BRASIL S.A.	0,639994	0,131875	0,084399	17
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	0,692695	0,121455	0,084131	16
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	0,619999	0,115442	0,071574	15
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	0,766632	0,091448	0,070107	14
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	0,355269	0,174285	0,061918	13
BANCO VOTORANTIM S.A.	0,763735	0,080862	0,061757	12
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	0,734532	0,078417	0,057600	11
BANCO BRADESCO S.A.	0,700581	0,079368	0,055604	10
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	0,805242	0,068246	0,054954	9
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	0,684021	0,073844	0,050511	8
BANCO PINE S.A.	0,467891	0,106479	0,049820	7
ITAÚ UNIBANCO S.A.	0,827960	0,059880	0,049579	6
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	0,472391	0,103794	0,049032	5
BANCO DO BRASIL S.A.	0,595672	0,052047	0,031003	4
BANCO INDUSVAL S.A.	0,196181	0,141165	0,027694	3
BANCO SOFISA S.A.	-0,136608	0,165343	-0,022587	2
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	-0,706764	0,076603	-0,054141	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Apesar de contrariarem, de certa forma, o interesse dos acionistas, que é ter o melhor retorno sobre o capital investido nas instituições, a análise da capacidade de reinvestimento ou retenção de lucro, permite analisar a capacidade das instituições em suportarem o crescimento do ativo sem a necessidade de captação de novos recursos de terceiros.

Quanto maior a TRL (Taxa de Reinvestimento do Lucro), mais alta se apresenta a capacidade da instituição em financiar variações em seus ativos por meio de recursos próprios gerados pelas operações, exigindo-se menores necessidades de captações passivas. Ou seja, o risco do banco é menor (ASSAF NETO, 2010, p. 290).

### 4.3. Indicadores de rentabilidade e lucratividade

**Margem Financeira dos Ativos** – Relação entre o resultado bruto de intermediação financeira e o total do ativo do banco. Mostra para cada R\$ 1,00 de ativo, quanto a instituição apurou na intermediação financeira.

Tabela 15: Margem Financeira dos Ativos

Banco	Margem Financeira dos Ativos			
	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	Ativo Total	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO PANAMERICANO S.A.	913.796	12.583.384	0,072619	23
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	138.144	1.916.256	0,072091	22
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	403.546	7.199.992	0,056048	21
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	365.031	8.455.596	0,043170	20
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	94.357	2.450.274	0,038509	19
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	1.077.694	31.098.754	0,034654	18
PARANÁ BANCO S.A.	99.500	2.955.162	0,033670	17
BANCO DAYCOVAL S.A.	277.914	8.813.461	0,031533	16
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	432.934	14.572.956	0,029708	15
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	266.747	9.119.057	0,029252	14
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	224.017	9.174.255	0,024418	13
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	464.741	19.854.198	0,023408	12
BANCO INDUSVAL S.A.	68.278	3.043.794	0,022432	11
BANCO SOFISA S.A.	99.772	4.595.165	0,021712	10
BANCO BRADESCO S.A.	12.053.415	558.100.216	0,021597	9
ITAÚ UNIBANCO S.A.	13.128.899	618.948.029	0,021212	8
BANCO VOTORANTIM S.A.	2.081.170	99.415.503	0,020934	7
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.834.781	374.814.570	0,020903	6
BANCO ABC BRASIL S.A.	193.242	9.699.102	0,019924	5
BANCO ALFA S.A.	204.223	11.798.822	0,017309	4
BANCO DO BRASIL S.A.	11.896.477	755.705.629	0,015742	3
BANCO DA AMAZONIA S.A.	125.646	8.052.240	0,015604	2
BANCO PINE S.A.	21.713	8.013.800	0,002709	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

**“Custo Médio de Captação** – Relação entre as despesas de captação no mercado e o total dos depósitos a prazo mantidos pelo banco. Revela o custo financeiro do capital investido na instituição por poupadores (custo de captação)”

(disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 16: Custo Médio de Captação

Banco	Custo Médio de Captação			Pontuação Atribuída
	Despesas de Captação mercado	de no prazo	a Índice	
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	183.274	3.767.651	0,048644	23
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	251.994	5.072.825	0,049675	22
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	39.330	789.368	0,049825	21
BANCO SOFISA S.A.	112.748	2.161.766	0,052156	20
PARANÁ BANCO S.A.	56.606	1.026.501	0,055145	19
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	376.387	6.365.880	0,059126	18
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	57.560	946.648	0,060804	17
BANCO DA AMAZONIA S.A.	70.875	1.107.256	0,064010	16
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	288.728	4.348.678	0,066394	15
BANCO INDUSVAL S.A.	84.751	1.274.627	0,066491	14
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	633.906	9.034.411	0,070166	13
BANCO ABC BRASIL S.A.	179.318	2.178.108	0,082327	12
BANCO DAYCOVAL S.A.	215.725	2.552.382	0,084519	11
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	312.945	3.603.086	0,086855	10
BANCO DO BRASIL S.A.	17.548.179	192.715.468	0,091057	9
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	277.181	2.919.680	0,094935	8
BANCO PANAMERICANO S.A.	564.782	5.095.137	0,110847	7
BANCO BRADESCO S.A.	11.808.973	96.823.703	0,121964	6
BANCO ALFA S.A.	317.186	2.468.934	0,128471	5
BANCO VOTORANTIM S.A.	2.993.947	23.201.685	0,129040	4
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.905.647	60.781.333	0,130067	3
ITAÚ UNIBANCO S.A.	14.818.102	99.742.148	0,148564	2
BANCO PINE S.A.	421.883	2.691.129	0,156768	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

“**Retorno Médio das Operações de Crédito** – Relação entre as receitas financeiras provenientes das operações de crédito e o valor médio aplicado em créditos. Apura a taxa de retorno das aplicações em créditos, a qual é geralmente confrontada com o custo de captação para se avaliar o *spread* bruto do banco” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010). Neste caso em específico foram incluídas também as operações de arrendamento mercantil das instituições pesquisadas.

Tabela 17: Retorno Médio das Operações de Crédito

Banco	Retorno Médio das Operações de Crédito			Pontuação Atribuída	
	Receita de Operações de Crédito	de	Operações de Crédito		Índice
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	153.120		769.070	0,199098	23
BANCO PANAMERICANO S.A.	1.707.899		8.606.247	0,198449	22
BANCO SOFISA S.A.	401.795		2.536.000	0,158437	21
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	527.001		3.359.445	0,156871	20
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	116.248		870.146	0,133596	19
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	690.877		5.176.237	0,133471	18
BANCO VOTORANTIM S.A.	5.887.383		44.432.227	0,132503	17
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	579.693		4.692.686	0,123531	16
ITAÚ UNIBANCO S.A.	22.278.543		186.369.460	0,119540	15
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	1.618.465		13.933.320	0,116158	14
PARANÁ BANCO S.A.	158.710		1.374.654	0,115455	13
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	347.697		3.114.949	0,111622	12
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	14.502.564		131.218.974	0,110522	11
BANCO BRADESCO S.A.	18.864.230		176.179.871	0,107074	10
BANCO INDUSVAL S.A.	126.783		1.239.927	0,102250	9
BANCO DAYCOVAL S.A.	433.604		4.247.968	0,102073	8
BANCO DO BRASIL S.A.	25.908.260		293.469.523	0,088283	7
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	833.075		9.904.302	0,084112	6
BANCO ALFA S.A.	414.022		5.271.201	0,078544	5
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	695.274		8.963.753	0,077565	4
BANCO DA AMAZONIA S.A.	124.970		1.619.317	0,077175	3
BANCO PINE S.A.	259.541		3.500.039	0,074154	2
BANCO ABC BRASIL S.A.	352.589		6.245.446	0,056455	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

“**Lucratividade dos Ativos** – Relação entre as receitas de intermediação financeira e o ativo total do banco. Porcentagem do total investido na instituição (ativo total) que se transformou em receitas financeiras” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010). Neste caso em específico foram incluídas também as operações de arrendamento mercantil.

Tabela 18: Lucratividade dos Ativos

Banco	Lucratividade dos Ativos			Pontuação Atribuída
	Receitas de Intermediação Financeira	de Ativo Total	Índice	
BANCO PANAMERICANO S.A.	1.905.596	12.583.384	0,151437	23
BANCO SOFISA S.A.	483.115	4.595.165	0,105136	22
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	186.837	1.916.256	0,097501	21
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	645.276	7.199.992	0,089622	20
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	753.179	8.455.596	0,089075	19
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	711.309	9.119.057	0,078002	18
BANCO INDUSVAL S.A.	224.745	3.043.794	0,073837	17
BANCO PINE S.A.	587.977	8.013.800	0,073371	16
BANCO VOTORANTIM S.A.	7.157.777	99.415.503	0,071999	15
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	2.233.231	31.098.754	0,071811	14
BANCO DAYCOVAL S.A.	594.493	8.813.461	0,067453	13
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	974.845	14.572.956	0,066894	12
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	160.966	2.450.274	0,065693	11
PARANÁ BANCO S.A.	189.479	2.955.162	0,064118	10
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	564.901	9.174.255	0,061575	9
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	21.593.636	374.814.570	0,057612	8
ITAÚ UNIBANCO S.A.	35.630.505	618.948.029	0,057566	7
BANCO BRADESCO S.A.	31.870.725	558.100.216	0,057106	6
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1.132.797	19.854.198	0,057056	5
BANCO ALFA S.A.	672.427	11.798.822	0,056991	4
BANCO DO BRASIL S.A.	38.565.365	755.705.629	0,051032	3
BANCO ABC BRASIL S.A.	461.737	9.699.102	0,047606	2
BANCO DA AMAZONIA S.A.	367.525	8.052.240	0,045643	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

“**Juros Passivos** – Relação entre a despesa de intermediação financeira e o passivo total mantido pelo banco. Custo das fontes de financiamento do banco” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 19: Juros Passivos

Banco	Juros Passivos			Pontuação Atribuída
	Despesa de Intermediação Financeira	Passivo Total	Índice	
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	48.693	1.916.256	0,025410	23
ITAÚ UNIBANCO S.A.	16.717.246	618.948.029	0,027009	22
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	66.609	2.450.274	0,027184	21
BANCO ABC BRASIL S.A.	268.495	9.699.102	0,027682	20
BANCO DA AMAZONIA S.A.	241.879	8.052.240	0,030039	19
PARANÁ BANCO S.A.	89.979	2.955.162	0,030448	18
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	241.730	7.199.992	0,033574	17
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	668.056	19.854.198	0,033648	16
BANCO DO BRASIL S.A.	26.668.888	755.705.629	0,035290	15
BANCO BRADESCO S.A.	19.817.310	558.100.216	0,035509	14
BANCO DAYCOVAL S.A.	316.579	8.813.461	0,035920	13
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	13.758.855	374.814.570	0,036708	12
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	340.884	9.174.255	0,037157	11
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	1.155.537	31.098.754	0,037157	10
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	541.911	14.572.956	0,037186	9
BANCO ALFA S.A.	468.204	11.798.822	0,039682	8
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	388.148	8.455.596	0,045904	7
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	444.562	9.119.057	0,048751	6
BANCO VOTORANTIM S.A.	5.076.607	99.415.503	0,051065	5
BANCO INDUSVAL S.A.	156.467	3.043.794	0,051405	4
BANCO PINE S.A.	566.264	8.013.800	0,070661	3
BANCO PANAMERICANO S.A.	991.800	12.583.384	0,078818	2
BANCO SOFISA S.A.	383.343	4.595.165	0,083423	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

**Retorno sobre o Patrimônio Líquido** – “Relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido médio do exercício, também conhecido como a taxa de retorno do capital próprio” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 20: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido

Retorno Sobre o Patrimônio Líquido				
Banco	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	120.891	673.385	0,179527	23
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.	101.128	658.424	0,153591	22
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	22.397	167.221	0,133937	21
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	30.979	232.739	0,133106	20
BANCO DO BRASIL S.A.	5.076.256	39.331.882	0,129062	19
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	74.638	719.421	0,103747	18
BANCO BRADESCO S.A.	4.508.024	44.295.323	0,101772	17
ITAÚ UNIBANCO S.A.	3.661.841	37.062.787	0,098801	16
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	178.355	1.867.061	0,095527	15
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	304.999	3.590.103	0,084956	14
BANCO PINE S.A.	65.776	853.300	0,077084	13
BANCO ABC BRASIL S.A.	97.104	1.279.066	0,075918	12
BANCO DAYCOVAL S.A.	118.802	1.668.016	0,071224	11
PARANÁ BANCO S.A.	54.196	796.534	0,068040	10
BANCO VOTORANTIM S.A.	477.518	8.038.943	0,059401	9
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	110.055	2.060.753	0,053405	8
BANCO ALFA S.A.	87.293	1.739.119	0,050194	7
BANCO SOFISA S.A.	37.216	759.779	0,048983	6
BANCO PANAMERICANO S.A.	63.152	1.370.921	0,046065	5
BANCO INDUSVAL S.A.	15.608	429.678	0,036325	4
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2.016.344	65.324.650	0,030867	3
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	18.538	647.727	0,028620	2
BANCO DA AMAZONIA S.A.	46.513	1.936.163	0,024023	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

**Retorno sobre o Investimento Total** – “Relação entre o resultado líquido e o ativo total mantido pelo banco. Revela a taxa de retorno do capital total (total do ativo) investido” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 21: Retorno Sobre o Investimento Total

Retorno Sobre o Investimento Total				
Banco	Lucro Líquido	Ativo Total	Índice	Pontuação Atribuída
PARANÁ BANCO S.A.	54.196	2.955.162	0,018339	23
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	30.979	1.916.256	0,016166	22
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.	101.128	7.199.992	0,014046	21
BANCO DAYCOVAL S.A.	118.802	8.813.461	0,013480	20
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	120.891	9.119.057	0,013257	19
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	178.355	14.572.956	0,012239	18
BANCO ABC BRASIL S.A.	97.104	9.699.102	0,010012	17
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	304.999	31.098.754	0,009807	16
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	22.397	2.450.274	0,009141	15
BANCO PINE S.A.	65.776	8.013.800	0,008208	14
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	74.638	9.174.255	0,008136	13
BANCO SOFISA S.A.	37.216	4.595.165	0,008099	12
BANCO BRADESCO S.A.	4.508.024	558.100.216	0,008077	11
BANCO ALFA S.A.	87.293	11.798.822	0,007398	10
BANCO DO BRASIL S.A.	5.076.256	755.705.629	0,006717	9
ITAÚ UNIBANCO S.A.	3.661.841	618.948.029	0,005916	8
BANCO DA AMAZONIA S.A.	46.513	8.052.240	0,005776	7
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	110.055	19.854.198	0,005543	6
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2.016.344	374.814.570	0,005380	5
BANCO INDUSVAL S.A.	15.608	3.043.794	0,005128	4
BANCO PANAMERICANO S.A.	63.152	12.583.384	0,005019	3
BANCO VOTORANTIM S.A.	477.518	99.415.503	0,004803	2
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	18.538	8.455.596	0,002192	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

“**Margem Líquida** – Relação entre o lucro líquido e as receitas de intermediação financeira. Revela a parcela das receitas financeiras do banco, que restou aos acionistas, após serem descontados todos os custos e despesas incorridos no exercício” (disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/assafiii/site/criterios.aspx#bancos>, acesso em 16/11/2010).

Tabela 22: Margem Líquida

Banco	Margem Líquida			Pontuação Atribuída
	Lucro Líquido	Receitas de Intermediação Financeira	Índice	
PARANÁ BANCO S.A.	54.196	189.479	0,286026	23
BANCO ABC BRASIL S.A.	97.104	461.737	0,210302	22
BANCO DAYCOVAL S.A.	118.802	594.493	0,199838	21
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	178.355	974.845	0,182957	20
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	120.891	711.309	0,169956	19
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	30.979	186.837	0,165808	18
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	101.128	645.276	0,156721	17
BANCO BRADESCO S.A.	4.508.024	31.870.725	0,141447	16
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	22.397	160.966	0,139141	15
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	304.999	2.233.231	0,136573	14
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	74.638	564.901	0,132126	13
BANCO DO BRASIL S.A.	5.076.256	38.565.365	0,131627	12
BANCO ALFA S.A.	87.293	672.427	0,129818	11
BANCO DA AMAZONIA S.A.	46.513	367.525	0,126557	10
BANCO PINE S.A.	65.776	587.977	0,111868	9
ITAÚ UNIBANCO S.A.	3.661.841	35.630.505	0,102773	8
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	110.055	1.132.797	0,097153	7
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2.016.344	21.593.636	0,093377	6
BANCO SOFISA S.A.	37.216	483.115	0,077033	5
BANCO INDUSVAL S.A.	15.608	224.745	0,069448	4
BANCO VOTORANTIM S.A.	477.518	7.157.777	0,066713	3
BANCO PANAMERICANO S.A.	63.152	1.905.596	0,033140	2
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	18.538	753.179	0,024613	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como toda empresa com fins lucrativos, os bancos também buscam o lucro e a rentabilidade sobre suas operações e, sobretudo sobre o capital investido por seus acionistas. “Como todo negócio, o banco tem por objetivo maximizar a riqueza de seus proprietários pelo estabelecimento de uma adequada relação risco-retorno” (ASSAF NETO, 2010, p. 291).

Talvez um dos indicadores de desempenho de rentabilidade mais comentado e observado pelo mercado seja o indicador da rentabilidade sobre o patrimônio líquido. “O *retorno sobre o patrimônio líquido* fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários... Mede, para cada \$1 investido, o retorno líquido do acionista” (ASSAF NETO, 2010, p. 292).

Outro indicador também bastante utilizado por analistas é o *índice de eficiência operacional*, obtido pela relação entre as despesas operacionais e as receitas de intermediação financeira.

Para ASSAF NETO, “quanto menor se apresentar o índice, mais elevada se apresenta a produtividade, ou seja, o banco demonstra a necessidade de uma menor estrutura operacional para manter suas atividades” (ASSAF NETO, 2010, p. 293). Abaixo segue tabela com a análise deste indicador.

Tabela 23: Índice de Eficiência Operacional

Banco	Índice de Eficiência Operacional			Pontuação Atribuída
	Despesas Operacionais	Receitas de Intermediação Financeira	Índice	
BANCO ABC BRASIL S.A.	90.155	461.737	0,195252	23
BANCO DAYCOVAL S.A.	132.902	594.493	0,223555	22
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	220.688	974.845	0,226383	21
BANCO INDUSVAL S.A.	54.814	224.745	0,243894	20
BANCO ALFA S.A.	188.817	672.427	0,280799	19
BANCO SOFISA S.A.	138.560	483.115	0,286805	18
BANCO PINE S.A.	180.462	587.977	0,306920	17
BANCO VOTORANTIM S.A.	2.580.936	7.157.777	0,360578	16
ITAÚ UNIBANCO S.A.	15.196.937	35.630.505	0,426515	15
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	1.014.760	2.233.231	0,454391	14
BANCO PANAMERICANO S.A.	892.838	1.905.596	0,468535	13
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	10.128.637	21.593.636	0,469057	12
BANCO DO BRASIL S.A.	18.390.318	38.565.365	0,476861	11
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	281.551	564.901	0,498408	10
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	382.447	753.179	0,507777	9
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	100.059	186.837	0,535542	8
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	391.187	645.276	0,606232	7
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	450.613	711.309	0,633498	6
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	104.288	160.966	0,647888	5
BANCO BRADESCO S.A.	27.196.497	31.870.725	0,853338	4
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1.205.559	1.132.797	1,064232	3
PARANÁ BANCO S.A.	224.933	189.479	1,187113	2
BANCO DA AMAZONIA S.A.	446.716	367.525	1,215471	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

#### 4.4. Índice de Sensibilidade dos Juros (GAP) e Valor Econômico Agregado

##### Segundo ASSAF NETO:

O conceito de GAP refere-se a um descompasso existente entre os ativos e passivos conhecidos como *sensíveis*, ou seja, aqueles expostos aos efeitos que uma mudança nas taxas de juros pode exercer sobre a lucratividade da instituição financeira.

Dessa forma, a análise do GAP constitui-se numa técnica de administrar a sensibilidade das taxas de juros de uma instituição financeira, ou seja, na forma como os juros dos ativos e passivos se correlacionam com o mercado.

Ainda segundo ASSAF NETO, as principais contas do ativo tidas como *sensíveis* são as Aplicações Interfinanceiras, Títulos e Valores Mobiliários, Créditos/Empréstimos/Financiamentos com taxas pré e pós-fixadas, já as contas do

passivo nesta condição são os Depósitos Remunerados, Captação no Mercado Aberto e Obrigações por Empréstimos (e repasses).

O GAP ou índice de sensibilidade dos juros é obtido pela relação entre os ativos sensíveis e os passivos sensíveis.

Tabela 24: Índice de Sensibilidade dos Juros – GAP

Índice de Sensibilidade de Juros - GAP				
Banco	Ativos Sensíveis	Passivos Sensíveis	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO DA AMAZONIA S.A.	6.488.225	2.291.433	2,831514	23
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	17.974.677	9.881.168	1,819084	22
BANCO PANAMERICANO S.A.	10.428.150	6.405.103	1,628100	21
PARANÁ BANCO S.A.	2.240.297	1.406.640	1,592658	20
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	1.550.696	1.056.449	1,467838	19
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	26.157.625	18.844.810	1,388055	18
BANCO BRADESCO S.A.	429.412.702	324.593.744	1,322924	17
BANCO ALFA S.A.	11.236.551	8.541.843	1,315471	16
BANCO SOFISA S.A.	3.967.503	3.038.540	1,305727	15
BANCO DAYCOVAL S.A.	8.025.990	6.370.596	1,259849	14
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	6.300.400	5.002.254	1,259512	13
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	244.427.704	194.362.922	1,257584	12
BANCO INDUSVAL S.A.	2.524.816	2.010.587	1,255761	11
ITAU UNIBANCO S.A.	466.479.499	380.864.915	1,224790	10
BANCO ABC BRASIL S.A.	8.630.516	7.095.250	1,216379	9
BANCO VOTORANTIM S.A.	88.408.827	72.916.201	1,212472	8
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	1.957.026	1.630.309	1,200402	7
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	11.967.008	10.195.497	1,173754	6
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	5.830.076	5.045.546	1,155490	5
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	7.678.785	6.673.834	1,150581	4
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	7.734.905	7.068.251	1,094317	3
BANCO DO BRASIL S.A.	558.261.640	512.197.979	1,089933	2
BANCO PINE S.A.	6.929.081	6.456.874	1,073132	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Já o valor econômico agregado visa mensurar se o banco é capaz de agregar valor, analisando seu lucro líquido e se o mesmo é suficiente para cobrir o custo do capital próprio com sobra (só assim será gerado valor).

A medida do Valor Econômico Agregado (VEA) reflete o lucro econômico (ou lucro residual), e não o lucro contábil. Mede o resultado em excesso ao custo de capital da empresa. Para esta medida, uma empresa somente irá apurar um lucro genuíno e agregar valor se o seu resultado líquido no exercício for superior ao custo de oportunidade de seu capital.

Esta técnica de avaliação econômica é bastante útil também para expressar o desempenho dos bancos e demonstrar sua capacidade de gerar valor econômico (ASSAF NETO, 2010, p. 303).

Para chegar ao valor do VEA, podemos utilizar a seguinte fórmula:

$VEA = LL - (k_e \times PL)$ , onde LL é o lucro líquido, PL é o patrimônio líquido e  $k_e$  é uma constante que representa o custo de oportunidade dos acionistas, podendo ser mensurada, por exemplo, como a taxa de operações livres de risco. No Brasil a taxa SELIC (taxa básica da economia) é utilizada como parâmetro de taxa de operações livres de risco (títulos públicos).

Portanto, aplicando a fórmula acima e considerando *ke* com sendo a taxa SELIC (livre de risco), que atualmente está em 10,75%a.a. Poderemos chegar a este indicador.

Tabela 25: Valor Econômico Agregado

Valor Econômico Agregado					
Banco	Lucro Líquido	Custo de Oportunidade	de Patrimônio Líquido	Índice	Pontuação Atribuída
BANCO DO BRASIL S.A.	5.076.256	10,75%	39.331.882	848.079	23
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	120.891	10,75%	673.385	48.502	22
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	101.128	10,75%	658.424	30.347	21
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	30.979	10,75%	232.739	5.960	20
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	22.397	10,75%	167.221	4.421	19
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	74.638	10,75%	719.421	-2.700	18
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	178.355	10,75%	1.867.061	-22.354	17
BANCO PINE S.A.	65.776	10,75%	853.300	-25.954	16
BANCO INDUSVAL S.A.	15.608	10,75%	429.678	-30.582	15
PARANÁ BANCO S.A.	54.196	10,75%	796.534	-31.431	14
BANCO ABC BRASIL S.A.	97.104	10,75%	1.279.066	-40.396	13
BANCO SOFISA S.A.	37.216	10,75%	759.779	-44.460	12
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	18.538	10,75%	647.727	-51.093	11
BANCO DAYCOVAL S.A.	118.802	10,75%	1.668.016	-60.510	10
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	304.999	10,75%	3.590.103	-80.937	9
BANCO PANAMERICANO S.A.	63.152	10,75%	1.370.921	-84.222	8
BANCO ALFA S.A.	87.293	10,75%	1.739.119	-99.662	7
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	110.055	10,75%	2.060.753	-111.476	6
BANCO DA AMAZONIA S.A.	46.513	10,75%	1.936.163	-161.625	5
BANCO BRADESCO S.A.	4.508.024	10,75%	44.295.323	-253.723	4
ITAU UNIBANCO S.A.	3.661.841	10,75%	37.062.787	-322.409	3
BANCO VOTORANTIM S.A.	477.518	10,75%	8.038.943	-386.668	2
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2.016.344	10,75%	65.324.650	-5.006.056	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nesta fase de registro e análise dos dados, foi feita uma análise dos diversos indicadores de desempenho dos bancos avaliados e, para cada indicador foi atribuída uma pontuação, conforme a colocação do banco naquele referido indicador, comparativamente às demais instituições avaliadas.

A pontuação foi inversamente proporcional à colocação, portanto, os primeiros colocados em cada classificação de cada indicador tiveram as maiores pontuações e vice-versa.

Após a análise e mensuração de todos os índices chegou-se a uma pontuação final, que, nada mais é do que a soma das pontuações de cada instituição. Essa pontuação final possibilitou a confecção de um ranking, sendo o maior pontuador aquele banco que apresentou o melhor desempenho para o conjunto de índices analisados (1º colocado) e o menor pontuador apresentou o pior desempenho (último colocado).

Vale ressaltar que algumas instituições se destacaram em alguns conjuntos de índices, por exemplo, algumas se destacaram como de maior liquidez, outras

como de melhor rentabilidade, ou ainda, aquelas com melhor eficiência operacional. Estas análises podem ser utilizadas em outras pesquisas com finalidades diversas. O mais importante para este trabalho, foi o ranking geral.

Tabela 26: Ranking Final  
Ranking Final

Banco	Pontuação	Posição no Ranking
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	363	1
BANCO DAYCOVAL S.A.	353	2
PARANÁ BANCO S.A.	351	3
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	320	4
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	320	5
BANCO ABC BRASIL S.A.	290	6
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	290	7
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	284	8
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	281	9
BANCO SOFISA S.A.	278	10
BANCO DA AMAZONIA S.A.	273	11
BANCO INDUSVAL S.A.	273	12
BANCO ALFA S.A.	272	13
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	268	14
BANCO PANAMERICANO S.A.	265	15
ITAÚ UNIBANCO S.A.	264	16
BANCO BRADESCO S.A.	256	17
BANCO PINE S.A.	243	18
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	242	19
BANCO VOTORANTIM S.A.	241	20
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	224	21
BANCO DO BRASIL S.A.	202	22
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	195	23

Fonte: Elaborada pelo autor.

O objetivo principal desta pesquisa era analisar os bancos estaduais ainda existentes no Brasil, de forma a verificar o seu desempenho em relação a seus concorrentes públicos federais e privados.

Pelo resultado do ranking final, pode-se observar que quatro dos cinco bancos estaduais ainda existentes figuram na primeira metade da classificação (BANPARÁ, BRB, BANRISUL e BANESE), sendo que apenas um figura na segunda metade (BANESTES). Há de se destacar que o banco que figura na segunda metade está apenas a três posições da metade da classificação, ainda é observável que o primeiro colocado é do ranking é um banco estadual, sendo os demais na quinta, sétima, nona e décima quarta posições.

Ao contrário do que possa se imaginar e, até mesmo pelo senso comum e por todo o histórico de maus desempenhos no passado de bancos estaduais, aqueles que ainda permanecem ativos e sob o controle de governos estaduais possuem um bom desempenho para os índices neste trabalho analisados, melhores até mesmo que grandes bancos brasileiros, privados e públicos federais.

## 5. Considerações Finais e Conclusões

A atividade bancária é de vital importância para uma economia. São as instituições bancárias as responsáveis por, pelo menos, duas importantes atividades da economia que são: prover os meios de pagamentos através da realização dos serviços de recebimentos, pagamentos e compensação de títulos e documentos e; serem as responsáveis pela intermediação financeira, que possibilita a oferta de crédito.

A existência dos bancos remonta de séculos atrás e a sua evolução acompanha a evolução econômica. Desde as primeiras instituições bancárias surgidas no Brasil, até os dias atuais grandes mudanças podem ser observadas.

Neste trabalho foram contextualizadas algumas mudanças econômicas que ocorreram na segunda metade do século passado, mais especificamente nas décadas de 80 e 90 onde as privatizações tiveram destaque na agenda do governo

A década de 80 foi marcada por altas taxas de inflação, crises de liquidez internacional e pouco interesse de países desenvolvidos em investir em países descritos naquela época como subdesenvolvidos.

A dificuldade de obtenção de crédito internacional, a necessidade de desenvolvimento regional e a falta de uma política fiscal regulatória do gasto público, foram alguns dos fatores que levaram os governos a se endividarem e comprometerem sua política fiscal e as próprias contas públicas durante toda a década de 80.

Nesta mesma época, os governos estaduais viam nos bancos públicos estaduais a possibilidade de gerir o próprio caixa do governo e aproveitar as altas taxas de inflação para reter receitas inflacionárias que, posteriormente (na década de 90), foram praticamente extintas com o controle da inflação.

Neste contexto os bancos públicos, principalmente estaduais, foram utilizados pelos governos para aumento de receitas (com as receitas inflacionárias) e para a obtenção de crédito e socorro ao endividamento dos governos quando estes necessitavam.

Neste ponto, vale explicar que as instituições bancárias estão divididas em públicas e privadas. A diferença entre as duas está no acionista controlador que, no caso das públicas, é o governo. Uma característica importante das instituições

públicas está no fato de atenderem a interesses econômicos e também sociais. Ao longo deste trabalho foi observado que as instituições públicas atuam em áreas onde, muitas vezes, não há interesses para as instituições privadas. Portanto, foi observado no trabalho que as instituições privadas visam exclusivamente interesses econômicos, já as públicas possuem além dos objetivos econômicos, objetivos inerentes às políticas públicas dos referidos governos controladores.

O atendimento a políticas públicas possibilitou que os bancos estaduais contribuíssem efetivamente para o desenvolvimento regional, porém, foi também um dos fatores que levou os bancos públicos estaduais a uma difícil situação econômico-financeira. Um exemplo disto é a implantação de agências em regiões que ainda não têm outras instituições bancárias. São as chamadas agências pioneiras. Essas agências geralmente eram abertas por questões sociais, com o objetivo de desenvolver a região onde eram instaladas, porém, muitas tinham resultados deficitários e mesmo assim eram mantidas por muito tempo nesta situação, gerando prejuízos aos bancos.

Outras questões identificadas como fatores críticos dos bancos públicos estaduais foram: concessão de crédito ao controlador e outras empresas do governo (conflito de interesses), falta de critérios técnicos para a boa concessão de crédito, políticas salariais incompatíveis com o mercado e ingerência política, influenciando a contratação de pessoal (cabides de emprego), muitas vezes sem os requisitos necessários para atuar no banco.

Foi constatado que estes diversos fatores levaram os bancos públicos estaduais a ter prejuízos e enfrentar situação financeira bastante difícil. Contudo, pode-se concluir que o principal fator foi a concessão demasiada de crédito para os controladores (governos). Com a dificuldade de acesso a créditos internacionais (crise de liquidez) e com o controle da inflação após a implantação do Plano Real, em que os governos perderam as receitas inflacionárias, os governos estaduais enfrentaram sérias dificuldades para pagamento de seus empréstimos.

Neste período o Banco Central do Brasil (BCB) criou diversos programas que visavam dar auxílio aos bancos públicos estaduais, para que pudessem enfrentar a inadimplência do governo (próprio controlador) e as dificuldades financeiras, até que foi criado o PROES que tinha o objetivo de reduzir a presença do governo na atividade bancária.

Foi então que o governo federal, através do BCB, auxiliou os governos estaduais, refinanciando suas dívidas, porém exigindo (em resumo) daqueles que aderissem ao programa que privatizassem seus bancos e utilizassem as receitas da privatização para amortecer a dívida que possuíam.

Muitos e grandes estados endividados aderiram ao programa que resultou em uma grande quantidade de bancos privatizados, incorporados por outros bancos, transformados em agências de fomento e, até mesmo extintos. Contudo, ainda restam cinco bancos públicos estaduais que não foram objeto de privatizações e mantiveram-se sobre controle dos respectivos governos estaduais.

De tudo isto, ficou uma pergunta no ar: Será que os bancos públicos estaduais poderiam ser sólidas instituições, dar lucro e ter um bom desempenho, mesmo com todos os problemas a eles inerentes? Será que a gestão do governo estadual influencia o desempenho da instituição?

Para tentar responder a estas perguntas, este trabalho fez uma análise de índices de desempenho, calculados através dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado dos 05 bancos públicos estaduais ainda existentes e de mais 18 bancos, com o objetivo de comparar os índices e fazer um ranking que mensurasse o desempenho geral dos bancos para chegar-se a uma classificação dos bancos.

O ranking/resultado obtido teve em sua primeira colocação, como o banco com melhor desempenho de seus índices, um dos bancos estaduais estudados e outros três ficaram na primeira metade da classificação, entre os 50% que apresentaram melhor desempenho. O quinto banco estadual ficou na segunda metade do ranking, porém, apenas duas posições abaixo da primeira metade.

O objetivo proposto do trabalho era verificar qual o desempenho dos bancos públicos estaduais ainda existentes comparativamente a outros bancos, através da análise dos índices de desempenho das instituições analisadas, resultado este alcançado e já mensurado.

Buscava-se também avaliar até que ponto os bancos públicos estaduais sofriam influência de seus controladores. É importante ressaltar que, através da análise de trabalhos sobre os bancos estaduais, de outros pesquisadores e estudiosos, pode-se constatar que estes bancos sofrem a influência de seus controladores, porém vale ressaltar que ela pode ser positiva ou negativa. Com o

bom desempenho apresentado pelos bancos estaduais estudados infere-se que atualmente esta influência pode estar sendo benéfica.

Uma importante limitação no desenvolvimento deste estudo está no fato de que os dados analisados, obtidos dos balanços dos bancos estudados, são estáticos e representam a fotografia contábil das instituições em 30/06/2010. Outro fator a ser destacado diz respeito à qualidade dos dados mensurados, que foram extraídos dos balanços publicados das instituições analisadas e espera-se que sejam fidedignos com a realidade, em que pese serem todos auditados.

O resultado deste trabalho pode servir para uma reflexão sobre possíveis vendas destes bancos, pois, empresas que oferecem bom desempenho geram lucro e agregam valor para seus controladores.

Uma ressalva pode ser inserida neste momento em função da Resolução 3.402, de 06/09/2006, alterada pela Resolução 3.424, de 21/12/2006, ambas do BCB (Banco Central do Brasil). Estas resoluções criaram a chamada conta salário e estabeleceram prazos para as empresas passarem a processar sua folha de pagamento através desta conta e da sistemática prevista nas resoluções. Estas resoluções prevêm que o funcionário possa escolher a instituição financeira que deseja receber seu pagamento. Este fato, possivelmente, causará impacto para os bancos estaduais, objeto de estudo deste trabalho, pois, estes ainda são responsáveis pelo processamento das folhas de pagamento dos governos estaduais aos quais pertencem.

O mercado, muitas vezes, credita o bom desempenho dos bancos estaduais justamente ao fato de ainda serem detentores da folha de pagamento dos governos estaduais. Há inclusive leis estaduais e/ou distritais, que “obrigam” os funcionários estaduais/distritais a receberem seu pagamento salarial através dos respectivos bancos estaduais. É o caso, por exemplo, do Distrito Federal, onde uma lei distrital obriga todos os servidores públicos do Governo do Distrito Federal (GDF) a receberem seus salários através do BRB (Banco de Brasília), banco de propriedade do próprio GDF.

Essa folha de pagamento é considerada de alto valor no mercado, pois, possibilita ao banco que a detém, uma grande quantidade de contas de funcionários públicos que, fatalmente irão realizar diversas operações, principalmente aplicações e empréstimos, possibilitando grandes resultados ao banco.

Com a possibilidade do funcionário público estadual poder escolher o banco em que deseja receber seu salário, a partir de 02/01/2012 (conforme resolução BCB n.º 3.424, já citada), também denominada de “portabilidade” pelo mercado, os bancos estaduais perderão exclusividade num “ativo” importantíssimo que hoje detêm: a folha de pagamento do governo estadual.

O impacto desta “portabilidade” é incerto para os bancos estaduais, podendo ser mínimo, mas também, podendo ser bastante negativo e influenciando diretamente nos resultados e no desempenho dos bancos. Este trabalho não buscou evidenciar este cenário futuro que os bancos estaduais terão que enfrentar, nem possíveis ações que estejam adotando para evitar “fuga” de clientes. Conforme já dito, foi uma pesquisa que buscou identificar o desempenho atual destes bancos. Contudo, fica a ressalva deste cenário futuro que afetará os bancos estaduais, podendo influenciar bastante o resultado e o desempenho dos bancos estaduais relatado nesta pesquisa.

Por fim, de maneira conclusiva, acredita-se que o desempenho atual dos bancos públicos estaduais está compatível com o mercado, possuindo, inclusive posições de destaque para os índices de desempenho analisados. Apesar de um histórico de más administrações, dificuldades financeiras, ingerência política e outras dificuldades enfrentadas no passado, os bancos públicos estaduais ainda existentes possuem um bom desempenho frente a seus concorrentes e, uma possível venda ou privatização deve ser muito bem analisada, pois, empresas com bom desempenho, como já dito, geram lucro e agregam valor. Outro fator a ser considerado, em uma possível venda ou privatização, é justamente a “portabilidade” prevista para 2012, seus impactos e as ações dos bancos para evitar perda de clientes.

## Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Análise dos Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiros dos Bancos**. Instituto Assaf. Disponível em: <[HTTP://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos](http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx#bancos)>. Acesso em: 03 out. 2010, 19:27:37.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. Ed. São Paulo. Atlas, 2010.

BACEN. **Relação de Bancos Comerciais, Múltiplos e Caixa Econômica em funcionamento no país**. BACEN, setembro 2010. Disponível em: <[HTTP://www.bcb.gov.br/?RELINST](http://www.bcb.gov.br/?RELINST)>. Acesso em: 30 set. 2010, 20:22:13.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.  
\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 5. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

DAMODARAN, A. **Avaliação de investimentos : ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo**, Rio de Janeiro: Qualitymark. 1997.

LOYOLA, Gustavo. **Bancos Estaduais: um fenômeno político**. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1995. Disponível em: <[HTTP://www.braudel.org.br/bps/paper13b.htm](http://www.braudel.org.br/bps/paper13b.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2010, 15:35:50.

LUZ, Ivoir da; VIDEIRA, Sandra Lúcia. **A privatização dos bancos estaduais no Brasil**, 2009. Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/area01/1078\\_Luz\\_Ivoir\\_da.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area01/1078_Luz_Ivoir_da.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2010.

MARTELANC, Roy; TRIZI, Juliana Sewruk; SPICCIATI PACHECO, André Augusto; PASIN, Rodrigo Maimone. **Utilização de Metodologias de Avaliação de Empresas: Resultados de uma Pesquisa no Brasil**. São Paulo. Universidade de São Paulo.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica**. v. 13, n. 24, p. 28-37. São Paulo. Caderno de Estudos, FIPECAFI, julho/dezembro 2000.

PAIVA, W. P. **Métodos de avaliação de pequenas e médias empresas**. Artigo disponível nos Anais do V SEMEAD (Seminários de Administração da FEA/USP). 2001.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. **Métodos de avaliação de empresas e o balanço de determinação**. n. 6, pp. 101-112. São Paulo. Administração em Diálogo, 2004.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. **Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil**, 2000. Disponível em: <  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ocde/ocde01.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ocde/ocde01.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2010.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES**. Brasília. Banco Central do Brasil, 2004.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 10. Ed. São Paulo. Atlas, 2010.

STEWART, G. **The quest for value: the EVA management guide**. Nova York, Harper Business, 1991.

TOBIN, J. **Essays in economics-macroeconomics**. Amsterdã. Nort Holland, 1977.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Basiléia I**. Disponível em: <  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Basileia\\_I](http://pt.wikipedia.org/wiki/Basileia_I)>. Acesso em: 15 nov. 2010.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006. 144p.